

Acção Socialista



N.º 1292 30 Outubro 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Europa Portugal decisivo



Os chefes de Estado e de Governo dos 27 países-membros da União Europeia (UE) selaram um acordo histórico, sob os auspícios da presidência portuguesa, para a assinatura daquele

que ficará conhecido como o Tratado de Lisboa e que será formalmente assinado a 13 de Dezembro deste ano, na nossa capital que lhe dará nome. O anúncio foi feito na madrugada do

dia 19 de Outubro pelo presidente em exercício da UE, José Sócrates, para quem “a Europa está agora preparada para responder aos desafios da globalização”.

PÁGINA 8

Federação da Área Urbana de Lisboa 2



Joaquim Raposo:
“É urgente a criação de uma Autoridade Metropolitana de Transportes”

Entrevista 9

Afonso Candal:
“Este é um Orçamento que apela claramente para a economia real”

Orçamento de Estado 10

Os grandes números para 2008

OPINIÃO

Carlos Zorrinho
Miguel Coelho
Luís Pita Ameixa
João Sequeira
Ventura Leite
Hortense Martins
Teresa Portugal
Paula Barros
Arons de Carvalho
António José Seguro
Maria Manuela Augusto

SUPLEMENTO



“É urgente a c Autoridade Metropoli

A “sempre adiada” lei eleitoral das autarquias locais deve estar na agenda política do país, afirma Joaquim Raposo, para quem é urgente a criação de uma Autoridade Metropolitana de Transportes. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da FAUL diz que tem procurado renovar e dar novas oportunidades de intervenção política aos mais novos, a um nível que considera “impar” no partido, e defende ser preciso “valorizar” os militantes do PS. Sobre a Câmara de Lisboa, espera o melhor da nova liderança de António Costa.

J.C. CASTELO BRANCO

Que iniciativas têm sido lançadas pela Federação nos últimos tempos e que acções estão programadas a curto prazo?

As Federações têm a sua intervenção política limitada entre aquele que é o domínio das Concelhias – os municípios e as questões nacionais, enquadradas, naturalmente, no plano de acção do Secretariado Nacional. Por outro lado, no plano da responsabilidade política, é nas Federações que se procuram sempre acertar as contas pelos maus resultados eleitorais de opções e estratégias concebidas noutras instâncias. Assim, temos que redefinir as condições de intervenção política da Federação, de modo a legitimar a sua acção e a determinar as opções políticas e as estratégias de intervenção na área da Federação. Por tudo isto, a FAUL quer introduzir na agenda política as questões metropolitanas, o que não é fácil, dado não existir uma cultura política metropolitana na nossa acção política. Trata-se de algo que temos que mudar. Não é mais possível melhorar a qualidade de vida das populações sem uma política intermunicipal concertada e coerente que defina as regras de construção de habitação, escritórios e zonas industriais. A FAUL, enquanto estrutura regional, deve ter uma intervenção pró-activa na discussão e implementação das políticas de descentralização e de reorganização do poder local, nomeadamente no que concerne à reformulação do modelo de Áreas Metropolitanas e Comunidades Urbanas, criadas através da Lei 10 e 11/2003 e à criação, alteração do modelo de autoridade metropolitana de transportes.

Sobre o regime jurídico das áreas metropolitanas e sobre a autoridade metropolitana de transportes qual é a posição da FAUL?

Respondo à sua questão da seguinte forma: em primeiro lugar

passados trinta anos da criação do Poder Local democrático em Portugal, devemos reflectir sobre a experiência adquirida e introduzir as necessárias mudanças que se impõem, de forma a consolidar o quadro jurídico do poder local, em especial das áreas metropolitanas, dado que “cidade tradicional” onde se exerce o poder local, evoluiu para a cidade metropolitana, como realidade económica e funcional, em processo de constituição permanente. O actual modelo não serve, não é actuante, não é reconhecido pelo cidadão! Várias razões têm contribuído para isso: como a débil legitimidade democrática dos órgãos executivo e deliberativo, que assenta numa eleição em cada um dos Municípios integrantes, sem o voto directo da população metropolitana; uma Junta Metropolitana onde cada um dos seus membros entende o cargo como representação do seu município e não como elementos integrantes de um órgão metropolitano, não se reconhecendo com poder para tomar decisões de cariz metropolitano, o que afasta a formulação de qualquer estratégia concertada a essa escala; e, finalmente, a ausência de atribuições e competências, de natureza metropolitana, claras e objectivas, que permita a separação entre as competências municipais e metropolitanas, bem como de recursos humanos e financeiros, que lhes confira um poder efectivo.

Portugal é um dos poucos países da União Europeia que não dispõe de um poder de nível intermédio de decisão política, entre o poder local e o poder central. Pelo que somos um país com um Estado centralizador, com as consequências que são de todos conhecidas. Num país e numa região onde existem problemas de resolução incompatível com o modelo de gestão municipal tradicional: os transportes, o saneamento, o planeamento e ordenamento do território, a rede de equipamentos escolares, culturais



e desportivos, disponibilização de serviços públicos aos cidadãos.

Por tudo isto, sou a favor da existência de um poder intermédio, como aliás acontece em quase todos os países da Europa. Sou a favor de um país com Regiões Político-Administrativas e Instâncias Políticas Metropolitanas com atribuições e competências efectivas.

E quanto ao modelo de autoridade metropolitana de transportes?

Quanto à autoridade metropolitana de transportes o que posso dizer é o seguinte: é urgente a criação

de uma Autoridade Metropolitana de Transportes, o modelo deve-se respeitar os princípios da descentralização e da autonomia do Poder Local, ainda que sob a forma de parceria entre a Administração Central e a Administração Local e deve ser salvaguardo uma relevante e equilibrada representação, quer da JML, quer dos municípios, nas estruturas deliberativas e executivas da AMT. Não aceito posições de subalternidade. Não devemos esquecer que os municípios e a JML têm uma visão do terreno dos problemas de transportes metropolitanos

Que outras áreas devem merecer uma intervenção da FAUL?

A sempre adiada lei eleitoral das autarquias locais, por exemplo. Este assunto deve estar na “agenda política” da área geográfica de localização dos maiores municípios do país. Assim, a FAUL vai organizar um ciclo de conferências sobre o Poder Local, nas suas diversas vertentes – modelo político-institucional, competências, financiamento e sistema eleitoral, ajudando os seus militantes a estruturar um pensamento e a compreender o que está efectivamente em causa na reforma da Administração Local.

riação de uma tana de Transportes”



“A FAUL vai organizar um ciclo de conferências sobre o poder local”

“No último Congresso procedi à renovação de cerca de 40 por cento da lista”

“Os autarcas socialistas da área da FAUL têm feito um excelente trabalho, apesar dos constrangimentos financeiros com que vivemos”

De igual modo, iremos continuar a organizar reuniões envolvendo os membros do Governo, em função da matéria, o presidente da FAUL e os membros do Secretariado a quem o tema diga respeito, os presidentes das Comissões Políticas Concelhias, os eleitos para os órgãos executivos municipais, os presidentes das Assembleias Municipais ou os primeiros eleitos do PS nestes órgãos e os deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Lisboa. Quando se justifique, participarão ainda os presidentes de Junta de Freguesia e primeiros eleitos do PS nas freguesias.

Finalmente, iremos continuar a promover ações de formação para os nossos militantes. Todos sabemos que a gestão autárquica se reveste de grande complexidade, pelo que a participação, sempre empenhada, da maioria dos nossos camaradas é feita sem toda a preparação prévia, sem conhecimentos adequados e não temos um local apropriado, onde possam acorrer para esclarecimentos, formação, recolha de documentação técnica, debates cursos de formação e actualização, etc., como havia quando a Fundação Antero de Quental estava em plena actividade. Assim, e porque temos

na nossa listas, autarcas de excelente qualidade e com vasta experiência, quer nos órgãos executivos, quer nos órgãos deliberativos, iremos prosseguir com os programas de formação, que tenham por temas, entre outros: Sistema contabilístico e técnicas de comunicação oral e condução de reuniões.

Como se têm processado as relações com as concelhias?

Excelentes. Quer com as concelhias, quer com a JS/FAUL. Mas quero mais. Quero continuar a promover espaços de articulação com os responsáveis políticos da área da Federação. Para tal, o Secretariado da FAUL irá continuar a reunir mensalmente com os presidentes das Concelhias e a Comissão Política irá continuar a convocar os coordenadores das secções para as suas reuniões. Por outro lado, quero realizar, no início do próximo ano, o III Encontro de Dirigentes da FAUL, com a participação dos dirigentes federativos, concelhios e das secções, responsáveis autárquicos e deputados da Assembleia da República e Metropolitanos. Quanto às Secções Sectoriais e Temáticas, vamos continuar o processo de reestruturação que permita adaptar estas estruturas às novas realidades e torná-las mais participativas e atractivas de novos militantes e continuaremos a apoiar o trabalho desenvolvido pelo Departamento Federativo das Mulheres Socialistas.

Do mesmo modo, iremos continuar o excelente relacionamento com a JS/FAUL, agora presidida pelo Pedro Pinto. Em articulação com JS tentaremos fazer com que a sede da FAUL esteja sempre aberta a propostas artísticas de qualidade que possam alargar os horizontes de escolha dos militantes e de todos os que, não sendo militantes, se identifiquem com o PS Assim, iremos desenvolver um programa diversificado em que a oferta cultural terá importância estratégica. De igual modo, serão organizados debates sobre as grandes questões que vão da política à saúde, passando pelo associativismo, pela política internacional, pela segurança, pelo papel da esquerda na vida nacional e pela crucial função da juventude na construção de uma Europa moderna, tolerante e multicultural.

Numa região com tão vastos e diversificados problemas, que iniciativas a Federação tem levado a cabo junto das instâncias competentes, para tentar desatar os nós górdios que impedem o desenvolvimento sustentado na área metropolitana de Lisboa?

Sabe que, ao contrário do que se

pensa, muitas vezes é mais difícil desatar os nós górdios quanto temos o nosso partido no Governo. As nossas iniciativas de levar as nossas preocupações aos responsáveis governamentais são mais de influência passiva do que activa...

Quais são os principais problemas com que a região metropolitana se defronta?

Os principais problemas que as populações da Área Metropolitana de Lisboa têm hoje uma natureza claramente supramunicipal. Como já disse, a maioria da população tem presentemente a sua vida diária organizada em diversos concelhos, e as soluções para ultrapassar a concentração populacional nos concelhos limítrofes e a desertificação do centro de Lisboa não são já compatíveis com políticas municipais descoordinadas e que obedecem, naturalmente, a preocupações de natureza local que respeitam apenas os interesses das bases de legitimação democrática das instâncias decisórias. As áreas dos transportes, urbanismo, habitação e saneamento devem merecer uma melhor atenção de todos nós em especial dos autarcas e do governo...

De que forma é que se tem processado a renovação dos órgãos da Federação?

Nesta matéria peço meças. Não só em palavras mas em acção tenho procurado renovar e dar novas oportunidades de intervenção política aos mais novos, a um nível que considero ímpar ao nível do partido.

No último Congresso procedi à renovação de cerca de 40 por cento da lista. O Secretariado de 16 elementos tem no actual mandato 10 novos elementos. Gente nova, com valor. Ao nível da lista de deputados, dos 23 eleitos a FAUL indicou 11 e destes cinco são novas apostas. E com a saída de alguns efectivos entraram quatro novos deputados. Não se trata de uma renovação apenas, trata-se de uma aposta na qualidade...

O que espera da nova liderança socialista na Câmara de Lisboa?

O melhor. Tanto para a cidade como para toda a área metropolitana. Lisboa para além de ser a capital do país, encontra-se no centro desta metrópole, a que chamamos área metropolitana. Estou certo que fará um bom trabalho. Digo isto porque conheço as qualidades de António Costa e sei que com ele Lisboa terá um rumo. Estou convicto que com António Costa na presidência da Câmara de Lisboa, esta Área Metropolitana voltará a

ter um rumo e um protagonismo que infelizmente tem vindo a perder.

Como avalia o trabalho realizado pelos nossos autarcas no distrito?

Os autarcas socialistas da área da FAUL têm feito um excelente trabalho, apesar dos constrangimentos financeiros com que vivemos. Têm sabido desempenhar o seu papel como ninguém, por isso presto a minha homenagem aos nossos camaradas Carlos Teixeira, Susana Amador, Maria da Luz Rosinha e Joaquim Ramos.

O PS perdeu alguma influência a nível autárquico no distrito nas últimas eleições locais. Que estratégia tem a FAUL sob a sua liderança para recuperar o terreno perdido?

Diria que ficou empatado no início do campeonato para agora estar a ganhar. É que antes das últimas eleições o PS detinha cinco câmaras. Mantivemos as mesmas. Agora com a vitória em Lisboa, temos mais uma câmara sob a gestão de um militante do nosso partido. E ao nível da grande área metropolitana de Lisboa, mantemo-nos como o maior grupo metropolitano na assembleia e temos a presidência da assembleia metropolitana.

Há alguma mensagem que gostasse de dirigir aos militantes da Federação?

Solidariedade, porque não é fácil nos dias de hoje ter um papel activo de militância no nosso partido. Como de qualquer partido. Toda a gente critica os partidos. É fácil. Mas todos precisam dos partidos para o desenvolvimento da democracia. Como é fácil criticar os militantes. A moda está com os independentes. Até temos dois tipos de independentes: os genuínos e os dissidentes. Para mim, os que acabaram de sair de um partido para serem independentes de ocasião chamam-se simplesmente dissidentes. E quanto aos independentes estes têm que ser genuínos e trazer algo de novo. E pouco de novo tenho visto. Por isso é que tenho orgulho em dizer que sou militante do PS. O que faz falta é valorizar os militantes. Criar um quadro de militantes com valor e competência. Dar novas oportunidades. Veja-se o que fez Gordon Brown, Zapatero ou Ângela Merkel. Apostaram num governo de militantes com competência. Conto com todos os militantes para continuarmos o nosso trabalho. Conto com eles como eles podem contar comigo para me dedicar à causa pública por mais alguns anos.



O PS NA FAUL

Presidente Joaquim Raposo	Rosa Egípto Sérgio Jesus Gaudêncio Silvino Lúcio	Comissão Federativa de Fiscalização Económica e Financeira Nuno B. Mendes Presidente Rui Lourenço José António Paiva Carlos Alberto Garez Gomes José Manuel Vaz	Deputados AR Jaime Gama Manuel Alegre Maria de Belém Roseira João Soares Leonor Coutinho José Vera Jardim Miguel Coelho Celeste Correia José Lamego José Augusto de Carvalho Custódia Fernandes Rui Vieira Pedro Farmhouse Ramos Preto António Galamba Ana Couto João Serrano Irene Veloso Marcos Sá Umberto Pacheco Rita Neves Vasco Franco João Gaspar	Isaura Martinho Graça Teixeira Anabela Valente Pires Suplentes Maria de Loures Piriquito Juliana Martins Josefina Branquinho Maria Manuela Gonçalves Ana Venâncio Maria Filomena Rita Maria Lurdes Macieira Ana Cristina Correia Secretariado Custódia Fernandes Lurdes Ferreira Eduarda Ferronha Elisa Vaz Juventude Socialista Comissão Política Pedro Pinto Edgar Valles Daniel Almeida Rita Leão João Barros Pedro Silveira Dário Mata Vítor Reis Daniel Pereira Ruben Gil Ricardo Santos Jigar Govinde Lara Guerreiro Samuel Ribeiro Luís Pereira Alexandra Matos Filipa Batista Diogo Amaral Carlos Tomas Bruno Simões Ana Luísa Martins Joana Antunes Fábio Raposo Andreia Moreira Sofia Areias Rodrigo Catrau André Campos André Antunes Ricardo Nascimento Raquel Pavão Ana Santiago Ricardo Moreira Pedro Costa Cláudia Lobato Anabela Rosando Pedro Brás Bruno Bernardes Raquel Aurélio Fábio Lourenço Félix Soares Jorge Ponte João Sousa Leonardo Monteiro Manuel Pinto Coelho Tânia Beleza André Mota Sofia Teixeira Hugo Bastos Luís Frederico André Valentim Diogo Leão	Suplentes Pedro Antunes José Baleiras Celso Sousa Vítor Luís Bruno Pinto Carla Sousa Liliana Santos Pedro Oliveira César Martins Rui Cabral Flávio Soledade Patrícia Pinto Sara Dinis Bruno Leite Cláudia Matos André Silva Eduardo Magalhães Hugo Afonso Inês Leitão Sara Covas Joel Galvão Maria Costa Ricardo Pita Bruno Duarte Francisco Lacerda Daniel Pacheco Cátia Simões Daniel Almeida Marco Fernandes Gonçalo Neves Núria Carvalho Sónia Almeida Claudia Leitão Raquel Santos Adérito Vicente Rui Inácio André Almeida Dilkarina Monteiro Filipa Couto Tiago Barra Hugo Paula Catia Martins Marco Silva Carlos Almeida Erica Teles Filipe Cunha Christina Kronback Davide Amado Luís Sá Secretariado Tiago Godinho Vice – Presidente Davide Amado Vice – Presidente João António Márcio Santos Inês Domingos Pedro Silveira Gonçalo Magalhães Hugo Xambre Pereira Nuno Delicado Ana Rita Nunes Jorge Silva Bruno Maia Isabel Santos Paulo Ruivo Pedro Ângelo Miguel Esteves Pedro Rodrigues Adjuntos ao Secretariado Ricardo Santos Rita Domingos Paulo Ribeiro
Comissão Política Rui Cunha Presidente da Mesa Manuel Lopes 1º Secretário da Mesa Rita Madeira 2ª Secretária da Mesa	Representantes da JS FAUL Pedro Alves João Moreno Bruno Tavares Rui Medeiros Tiago Serralheiro Nuno Gaudêncio Isabel Santos Suplentes Teresa Bhatt Ulisses Pinto José Carvalho José Fernandes Lopes Mário Máximo Ana Isabel Soares Carlos Madeira Manuel Ferreira Luísa Diego Lisboa António Henrique João Couto Fragoso Pedro Assunção Rui Miguel Moreira Vasco Antunes Carla Correia Jorge Barroso Alexandra Moura Carlos Machado Luís Monteiro Graça Sabugueiro David Viegas Martins Agostinho Marques Laura Ferreira Vítor Silva Ferreira José António Arsénio Sílvia Alexandra Correia Carlos Barreto José Carlos Pereira Maria João Correia Manuel Nunes Gomes Vidal Antão Maria de Lurdes Ferreira Vítor Manuel Moreira António Martins Caro Lurdes Ferreira Norberto Coelho Paulo Ferreira Maria Antonina João Pedro Domingues João Valente Pires Cláudia Miranda João Carlos Figueiredo Raquel Noronha Maria Fátima Estêvão Patrícia Ferreira António Dias Oliveira Inês Drummond João Caldeira Mafalda Viana Ana Sofia Pires Júlio Manuel Lopes Ana Rita Tomé Isabel Menezes Eugénia Gavieiro Luís Manuel Sousa Manuela Gonçalves Maria João Fialho Gouveia Matos Silva	Suplentes Patrícia Cristina Contreiras João Nunes João José Castanho Fernando Manuel Martins Comissão Federativa de Jurisdição Mateus Roque Presidente Domingos Jorge Luísa Vicente Mendes Joaquim Reis Marques Telma Correia Fernando Paulo Carla Rosinhas Suplentes Fátima Pires Hélder Paulo Ferreira Secretariado Joaquim Raposo Presidente da Federação João Serrano Adjunto do Presidente Alexandre Sargento Carlos Teixeira Cunha Alves Custodia Fernandes Dalila Araújo Filipe Costa Irene Lopes Joaquim Ramos Manuel Lage Marcos Sá Maria da Luz Rosinha Marta Rebelo Ramos Preto Sérgio Paiva Vasco Franco Membros que participam nas reuniões do Secretariado Jesuína Ribeiro Presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas Pedro Pinto Presidente da JS FAUL	Deputados PE Edite Estrela Sérgio Sousa Pinto Ana Gomes Presidentes Concelhias Carla Tavares Amadora Silvino Lúcio Azambuja Umberto Pacheco Cascais Miguel Coelho Lisboa Pedro Farmhouse Loures António Branco Mafra Susana Amador Odivelas Emanuel Martins Oeiras Domingos Quintas Sintra Alberto Mesquita Vila Franca de Xira Departamento Federativo das Mulheres Socialistas Jesuina Bento Ribeiro Presidente Conselho Consultivo Custódia Fernandes Alcina Prazeres Lurdes Ferreira Susana Ramos Elisa Vaz Eduarda Ferronha Alexandra Moura Helena Margarida Sengo Carla Rosinhas Elisa Madureira Telma Correia		

QREN – um novo ciclo estratégico

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007/2013 representa uma “nova visão política” por parte do Governo, com uma aposta decisiva na qualificação dos recursos humanos, na competitividade das empresas e na valorização do território, sublinhou o primeiro-ministro, José Sócrates, na cerimónia de assinatura dos dez programas operacionais. O QREN envolve a transferência de cerca de 21,5 mil milhões de euros da União Europeia para o nosso país.



vez, o investimento em factores de competitividade atingirão 65 por cento do total dos projectos a co-financiar pelo FEDER, o que representa cerca de cinco mil milhões de euros e que traduz um crescimento de 11 por cento” face ao QCA III.

Além destes dois factores, José Sócrates disse que 55 por cento das verbas do FEDER “serão aplicadas nas regiões”, numa perspectiva de valorização territorial, registando-se um crescimento “na ordem dos nove por cento”.

O chefe do Governo defendeu ainda a existência de novos critérios na aplicação do QREN em Portugal, como o rigor e a selectividade, que serão determinantes na escolha dos projectos.

“O objectivo já não é gastar todo o dinheiro, mas gastar todo o dinheiro bem gasto. Agora, haverá um maior rigor na selecção das candidaturas a apoiar e uma concorrência entre os diferentes projectos candidatos aos apoios”, disse.

Segundo José Sócrates, com o

21,5
mil milhões

de euros é quanto Portugal vai receber de fundos comunitários nos próximos seis anos

QREN “Portugal acompanhará os objectivos da Estratégia de Lisboa, apostando nos factores da inovação, conhecimento, educação e ciência”.

E adiantou que 65 por cento das verbas do QREN estão em consignadas a objectivos da Estratégia de Lisboa.

Por outro lado, o primeiro-ministro anunciou que a partir de meados de Novembro será possível apresentar candidaturas aos dez programas operacionais já assinados no âmbito do QREN.

“A partir de 15 de Novembro, depois de terminados os regulamentos, podem começar a ser apresentadas assinaturas”, disse.

FALANDO no Centro de Congressos da FIL, em Lisboa, José Sócrates sustentou que a aplicação dos fundos comunitários em Portugal se irá alicerçar “numa nova visão política”, que se traduzirá “num novo ciclo” de apostas.

“No QREN, os recursos disponíveis para a qualificação representam 37 por cento do total dos fundos comunitários, quando no passado nunca atingiram mais do que 26 por cento”, frisou, acrescentando que “nunca fomos tão além em termos de Fundo Social Europeu.

Segundo o primeiro-ministro, este investimento nos factores de qualificação “é a mudança mais significativa, atingindo cerca de seis mil milhões de euros”.

Quanto à competitividade das empresas, outra das prioridades do QREN; José Sócrates salientou que, “pela primeira

Lista dos devedores ao fisco já permitiu recuperar 207 milhões

NO ÂMBITO da política fiscal que o Governo vem prosseguindo, a publicitação da lista de devedores tem sido um importante instrumento de indução ao pagamento das dívidas, tendo já sido cobrados aos devedores englobados no procedimento de publicitação, 207 milhões de euros, desde Julho de 2006.

Em comunicado, o Ministério das Finanças refere que nas últimas semanas a Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) acrescentou à lista dos devedores publicitada na Internet mais 845 nomes. A lista contém agora, pela primeira vez, o nome de mais de 5000 devedores publicitados.

Embora actualmente estejam publicitados na referida lista 5107 devedores, desde a sua implementação, em Julho do ano passado, foram já publicitados 5886. Dos devedores publicitados, 2466 efectuaram pagamentos, em resultado dos quais 867 foram retirados da lista porque regularizaram a sua situação tributária ou a dívida ficou reduzida a um valor inferior ao mínimo publicitável.

A publicitação da lista de devedores iniciou-se em 31 de Julho de 2006, tendo nessa data sido inseridos 290 devedores.

Desde então a DGCI tem vindo a acrescentar novos devedores à lista, à medida que se vão concluindo os procedimentos administrativos correspondentes. Desses procedimentos faz parte,

nomeadamente, uma cuidadosa análise prévia de todos os processos de execução fiscal pendentes de cada devedor, a sua notificação para se pronunciarem em audição prévia acerca do projecto de decisão de publicitação e a análise das petições por si apresentadas.

Todos os devedores são contactados pelos menos três vezes pela DGCI, para regularizarem a sua situação tributária antes da publicitação, no âmbito de uma estratégia que privilegia o convite aos devedores para regularizarem voluntariamente as suas dívidas, só recorrendo à prática de actos de coerção quando estão esgotadas as tentativas de cumprimento voluntário.

De referir ainda que desde Março deste ano está em produção o sistema informático que automatizou todos os procedimentos de publicitação, aumentando a eficiência dos serviços, a rapidez nos procedimentos de publicitação e a interacção entre a DGCI e os devedores.

No último mês de Setembro foram alargados os critérios de publicitação. Assim, a partir de agora, passam a ser englobados no procedimento de publicitação todos os devedores com processos instaurados até 30 de Junho de 2006, cujo valor agregado em dívida seja superior a 10 mil euros, sendo pessoas singulares e a 20 mil euros, sendo pessoas colectivas.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

Os grandes desafios da presidência, como a cimeira com o Brasil, o Tratado Reformador e a dimensão externa da Agenda de Lisboa, foram enfrentados até agora com êxito pleno

O INTERESSE EUROPEU

AO CONCLUIR um novo acordo institucional para o desenvolvimento da União Europeia e ao fazer aprovar pelos 27 Estados-membros o Tratado de Lisboa, lançando em simultâneo a dimensão externa e o novo ciclo da Agenda de Lisboa, Portugal serviu de forma superior o interesse europeu.

Servindo o interesse europeu, Portugal serviu também o interesse global por uma economia aberta, mas mais sustentável e regulada, e o interesse nacional de afirmação como país-chave na concertação económica e política entre territórios, países e continentes.

Na nova globalização em rede, a afirmação política e económica de um país, sobretudo de um país de dimensão média como Portugal, tem que ser feita no quadro mais vasto das suas relações externas.

Em paralelo, o interesse europeu construído a partir duma concertação afirmativa entre países, tende a convergir cada vez mais com os interesses nacionais, e naturalmente também os interesses nacionais se tendem a conciliar neste processo dinâmico e interactivo, com o interesse europeu.

Portugal tem vindo a desempenhar mais uma vez com grande capacidade política e sentido inovador, a presidência da União Europeia. Os grandes desafios da presidência, como a cimeira com o Brasil, o Tratado Reformador e a dimensão externa da Agenda de Lisboa, foram enfrentados até agora com êxito pleno.

São, sem dúvida, bons augúrios para os muitos desafios que se aproximam, como as várias cimeiras com os países emergentes, a cimeira Europa – África ou a concretização dos importantes mandatos decorrentes da cimeira de Lisboa, designadamente a constituição de um grupo de sábios e a formulação duma Declaração Europeia sobre a Globalização. Desafios e mandatos a cumprir na defesa do interesse europeu, para que ganhe o país e cada um dos nossos concidadãos.



Lisboa é nome de

Os chefes de Estado e de Governo dos 27 países-membros da União Europeia (UE) selaram um acordo histórico, sob os auspícios da presidência portuguesa, para a assinatura daquele que ficará conhecido como o Tratado de Lisboa e que será formalmente assinado a 13 de Dezembro deste ano, na nossa capital que lhe dará nome. O anúncio foi feito na madrugada do dia 19 de Outubro pelo presidente em exercício da UE, José Sócrates, para quem “a Europa está agora preparada para responder aos desafios da globalização”.

MARY RODRIGUES

“NASCEU hoje o novo Tratado de Lisboa. É uma vitória para a Europa, que sai assim de um impasse de muitos anos e supera a sua crise institucional”, declarou José Sócrates, logo após a obtenção do acordo na Cimeira europeia de Lisboa.

Para Sócrates, com este decisivo passo em frente, “a Europa demonstrou ambição” e quer agora passar a “liderar o debate sobre a globalização”, participando no “redesenhar das instituições mundiais, para que estas possam responder melhor aos desafios globais”.

Sócrates disse igualmente que a UE quer lançar uma agenda que incida sobre a inovação, a educação e as questões ambientais e climáticas, adiando que na Cimeira europeia de Dezembro, em Bruxelas, será tomada uma decisão sobre a criação de um grupo de sábios para analisar os desafios da Europa no contexto da globalização e será aprovada uma declaração da UE sobre este tema.

Visivelmente satisfeito, o primeiro-ministro salientou ainda que “a presidência portuguesa cumpriu o seu plano: discutir e aprovar o Tratado e começar a discutir os assuntos importantes para o futuro da UE”.

E lembrou a adopção da Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego em 2000, para afirmar que a capital portuguesa é “um porto seguro para a Europa” e que “todos os líderes deixam-na satisfeitos”.

Por sua vez, e face ao histórico acontecimento, o PS, através do seu porta-voz, Vitalino Canas, congratulou-se publicamente “por ter sido ultrapassado o impasse” que existia na elaboração de um novo Tratado da União.

Segundo Vitalino Canas, para os socialistas constitui motivo de muita satisfação que o acordo sobre o texto final do novo Tra-

tado tenha sido possível no âmbito da presidência portuguesa, que termina a 31 de Dezembro.

“Os socialistas louvaram o acordo alcançado em Lisboa, regozizando-se por Portugal ficar associado a mais um momento importante na construção europeia”, sublinhou o porta-voz do PS, para de seguida vincar que o novo Tratado constitui um “passo importante para que a Europa consiga criar condições para a existência de mais democracia, maior transparência, maior afirmação externa e maior capacidade de funcionamento interno”.

Mas, se o primeiro dia da Cimeira de Lisboa constituiu um virar de página na história da integração europeia, o segundo dia de trabalhos centrou-se na discussão não menos importante de temas de actualidade mundial, reformas económicas e os desafios da globalização.

O combate às alterações climáticas, a crise financeira no mercado hipotecário de alto risco nos Estados Unidos, as relações UE-Rússia, a situação de tensão na fronteira entre a Turquia e o Iraque, o processo de paz no Médio Oriente, a situação no Líbano e a procura de um consenso entre os 27 sobre o futuro estatuto do Kosovo foram questões debatidas pelos líderes europeus e chefes das diplomacias dos 27, que saíram de Lisboa mais aliviados.

Alívio, optimismo e orgulho

Aliviado com o sucesso das negociações do novo Tratado manifestou-se o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, para quem era crucial que a presidência portuguesa pudesse concentrar-se no acompanhamento das actuais situações internacionais “muito difíceis”.

“Sim, estou bastante aliviado



LISBOA DO CONSENSO

Numa Conferência Intergovernamental invulgarmente curta, pacífica, os 27 líderes europeus encontraram soluções para um debate institucional que se arrastava há seis anos, mediante duas concessões necessárias:

- À Itália foi oferecido mais um assento no Parlamento Europeu, mas o limite de 750 lugares não foi ultrapassado porque o presidente da assembleia da UE deixa de ser considerado deputado, constituindo-se, assim, a fórmula 750+1.

- À Polónia foi dado o reclamado posto permanente de advogado-geral do Tribunal de Justiça e a introdução do compromisso de Ioannina no Tratado, através de uma declaração anexa e num protocolo específico que garante o recurso a um mecanismo segundo o qual é possível a suspensão temporária de decisões comunitárias por um país ou por uma minoria. M.R.

porque nós colocámos a fasquia muito alto, os riscos que corremos eram grandes”, mas “felizmente o resultado foi bastante positivo”, disse Amado, no final da Cimeira de Lisboa.

Após o acordo de Lisboa, outras figuras públicas manifestaram igualmente as suas opiniões.

O fundador do PS Mário Soares defendeu, num texto de reflexão, ser preciso dar um novo impulso à construção europeia, uma vez ultrapassado o impasse em que a Europa se encontrava mergulhada.

“Aqueles Estados-membros que, por razões nacionais, não o

e Tratado europeu



queiram ou possam fazer assim, pois que fiquem onde estão. Mas não impeçam os outros, que são a esmagadora maioria, de avançar em cooperações reforçadas no sentido de mais e melhor Europa, Política, Social, Económica e Ambiental – a Europa dos Cidadãos – de modo a ser uma referência e um agente decisivo de mudança num mundo melhor para todos”, advertiu Soares, depois de ter dado os parabéns ao “Governo e à diplomacia portuguesa” pelo Acordo de Lisboa, salientando o esforço do primeiro-ministro, José Sócrates e o trabalho do ministro dos Negócios Estran-

“ A presidência portuguesa cumpriu o seu plano: discutir e aprovar o Tratado e começar a discutir os assuntos importantes para o futuro da UE ”

JOSÉ SÓCRATES

geiros, Luís Amado, bem como do secretário de Estado para os Assuntos Europeus, Manuel Lobo Antunes.

Também Edite Estrela, líder da delegação do PS no Parlamento Europeu, considerou o acordo político de Lisboa sobre o Tratado reformador “uma grande vitória da presidência portuguesa e motivo de orgulho para Portugal”.

Já o presidente da autarquia alfacinha, António Costa, que se encontrava de visita a Macau, afirmou à Imprensa que será uma “honra” para a cidade associar o seu nome ao novo Tratado europeu.

O QUE MUDARÁ COM O NOVO TRATADO?

O Tratado Reformador, que visa tornar mais funcional uma União Europeia alargada, será assinado oficialmente no dia 13 de Dezembro de 2007, no Mosteiro dos Jerónimos, tendo de ser ratificado por cada um dos Estados-membros até à Primavera de 2009, implica alterações no funcionamento das instituições europeias.

CONSELHO EUROPEU

- Uma decisão será adoptada no Conselho Europeu se cumprir dois critérios: tiver o apoio de 55 por cento dos Estados-membros (ou seja, 15 em 27) em representação de pelo menos 65 por cento da população total da União.
- Prevê-se o abandono da unanimidade e a passagem a decisões por maioria qualificada em cerca de 40 domínios, designadamente na cooperação judiciária e policial, imigração e nas relações externas.
- A co-decisão entre o Conselho e o Parlamento Europeu (ambas as instituições devem estar de acordo para o acto ser aprovado) passa a ser a regra geral no processo legislativo.
- As actuais presidências semestrais da UE serão modificadas de acordo com uma decisão a tomar pelo Conselho, que deverá prever equipas de três Estados-membros para um período de 18 meses, as quais assegurarão entre elas a presidência do Conselho Assuntos Gerais e dos Conselhos de Ministros sectoriais da UE (Economia e Finanças, Agricultura, Justiça e Assuntos Internos, Ambiente, entre outros).
- A partir de 2009, haverá um presidente do Conselho Europeu eleito por 2,5 anos, pelos seus membros, que são os chefes de Estado ou de Governo da UE, mas não exercerá funções executivas
- As reuniões do Conselho Relações Externas (ministros dos Negócios Estrangeiros dos 27) passam a ser presididas pelo “alto representante da UE para a Política Externa e de Segurança”, o novo cargo de coordenador da diplomacia da União, que será exercido por um vice-presidente da Comissão Europeia.

PARLAMENTO EUROPEU

O Tratado Reformador prevê uma diminuição do número total de membros do Parlamento Europeu dos actuais 785 para 750+1, mas este órgão vê reforçados os seus poderes de co-decisão, conjuntamente com o Conselho Europeu, passando a ter um papel mais decisivo no processo de tomada de decisões comuns.

COMISSÃO EUROPEIA

- Os 27 Estados-membros deixam de ter direito a designar sempre um cidadão nacional para a Comissão Europeia, instituição executiva da UE, que propõe a maior parte da legislação europeia e tem uma função fiscalizadora importante da aplicação das políticas dos comuns.
- O executivo comunitário contará, a partir de 2014, com um número de comissários europeus igual a dois terços do número de Estados-membros, em vez do actual sistema onde cada país tem o “seu” comissário.
- Os Estados-membros passam a designar um comissário para Bruxelas com base numa “rotação igualitária”, isto é, cada parceiro ficará fora da Comissão uma vez em cada três mandatos de cinco anos. **M.R.**



OPINIÃO



MIGUEL COELHO
Deputado e presidente da
Concelhia do PS de Lisboa.

Uma primeira reforma, simbólica, que os partidos deveriam promover, seria a de deixarem de alinhar as suas acções e conferências pelo horário dos telejornais ou de fecho dos jornais, adoptando o seu próprio ritmo

A REFORMA DOS PARTIDOS: UM CONTRIBUTO PARA O DEBATE

AS RECENTES eleições para a liderança do PSD vieram dar razão à oportunidade das teses de Manuel Carrilho explanadas no seu texto, importante sem dúvida nenhuma, sobre a necessidade de reformar os partidos.

Para Carrilho, fundamentalmente os partidos políticos perderam credibilidade porque se tornaram incoerentes entre o que proclamam e o que pratica transformando-se eles próprios em bloqueadores do debate político que devem sempre manter com a sociedade civil, em virtude de se terem tornado em organizações de eleitos que apenas pretendem salvar-se nas eleições seguintes. Esta postura, para além de ser a responsável pela enorme abstenção, abre caminho para o surgimento de um conjunto de equívocos que potenciam o advento e sucesso de candidaturas de independentes, na realidade “meros dissidentes de ocasião”.

Estando de um modo geral de acordo com esta análise, parece-me no entanto que a mesma se limita às consequências de algumas das más práticas partidárias mas que não vai ao âmago da questão, a qual reside sobretudo no comportamento dos dirigentes nacionais dos partidos. Note-se que entendo por dirigentes nacionais aqueles quadros dirigentes, sempre “governáveis”, muitos deles com forte influência regional e local, sempre disponíveis para uma qualquer nomeação para um cargo público e que assumem uma característica curiosa de se verificar nos dois maiores partidos nacionais, que é a de se considerarem imprescindíveis, isto é, independentemente dos alinhamentos internos que façam quando da realização de congressos ou eleições directas, no dia seguinte são imediatamente recuperáveis pelas equipas vencedoras.

Têm muitos nomes, consoante os partidos a que pertencem, os “barões” do PSD, os da “quota nacional/do secretário-geral” no PS e, no PC, os dirigentes que já vêm do “antes do 25 de Abril”.

As organizações são quase sempre a imagem dos seus dirigentes. São “moldadas” aos seus objectivos e desígnios, o que não sendo em abstracto um mal, leva também a que tudo o que façam tenha o seu cunho de responsabilidade.

Sendo assim, importa questionarmos e reflectirmos sobre que “tipo” de partido defendemos como mais adequado à democracia portuguesa, se é que deve haver um único “tipo” de partidos. Sendo natural e desejável que nem todos estejam organizados de modo semelhante é no entanto motivo de confusão e descrédito para a sociedade civil tanta disparidade nas suas metodologias internas.

Voto secreto nuns casos, de braço no ar em outros, partidos com quotas monetárias obrigatórias e outros que dispensam tal procedimento, métodos de escolha diferentes dos candidatos a apresentar aos actos eleitorais, são diversas metodologias que não ajudam a uma correcta percepção da sua vida por parte de quem está de fora da militância partidária.

Por esta razão, o que aconteceu durante a campanha das directas do PSD não foi bom para a qualidade da nossa democracia, nem para a imagem dos partidos, uma vez que as pessoas tendem a considerar “que são todos iguais”.

Os dirigentes moldam os partidos ao seu estilo. No PS foram evidentes as diferenças de estilo de funcionamento entre as lideranças de Jorge Sampaio e António

Guterres ou, mais recentemente, entre Ferro Rodrigues e José Sócrates. No PSD de Durão Barroso, a vertente social-democrata foi mais acentuada do que com o seu sucessor, Santana Lopes, que lhe inculuiu um pendor populista. Até o PC, que é o partido mais imobilista da nossa democracia, não escapa à influência das lideranças. Entre Carlos Carvalhas e Jerónimo de Sousa há nítidas diferenças no estilo, actuação e exercício de liderança. Por exemplo, tenho sérias dúvidas que com Carlos Carvalhas a líder, a deputada Luísa Mesquita tivesse tido o tratamento que teve no seu grupo parlamentar.

Os principais partidos políticos portugueses foram criados à imagem e semelhança dos partidos políticos europeus tradicionais que surgiram e se consolidaram entre o final do século XIX e a primeira metade do séc. XX. O PS e o PSD de um modo directo, isto é, através de um núcleo fundador, os quais lançaram uma campanha de adesões individuais de cidadãos. Também como estrutura organizativa seguiram o exemplo tradicional dos partidos socialistas europeus de origem directa, com estruturas locais, regionais e nacionais. Isto é, pretenderam ser, partidos de massas, enquadrados por uma doutrina/ideologia e vocacionados em simultâneo para a disputa eleitoral e intervenção política na sociedade. Será que hoje em dia pretendem ser ou praticam este tipo de partido? Obviamente que não, no que se refere ao essencial da sua actividade. De partido de massas, com milhares de militantes com capacidade de influenciar as suas decisões políticas, mantêm a formalidade dos estatutos, mas na prática são partidos de quadros, seleccionados por uma “elite” partidária que os promove consoante as suas conveniências. As propostas e programas são sufragados em congressos e convenções, mas na realidade são elaborados por núcleos restritos, os célebres “núcleos duros”, testados por empresas de marketing e de sondagens e difundidos à comunicação social, antes mesmo de serem apreciados nos seus partidos.

Mesmo que estas propostas e programas sejam positivos, o que acontece frequentemente, objectivamente não favorecem o conceito de participação dos militantes, afastando-os da vida partidária e levando, os que resistem, a tentar copiar esses procedimentos. Não digo que tal facto seja um “mal absoluto”, mas é preciso definir, nos vários partidos, ou pelo menos nos dois maiores, que tipo de partido pretendem ser. Só de quadros, de militantes/massas, ou as duas coisas em simultâneo, solução que prefiro, mas que exige uma absoluta clareza no seu funcionamento interno.

O problema dos partidos não está nos seus militantes de base nem na sua estrutura organizativa. Está no modo como se faz política. A ideia do militante “atrasado mental” e ignorante não corresponde à realidade. Em regra, um militante activo é um quadro médio, de formação universitária e com acesso à informação, utilizador das novas tecnologias e desejoso de participar. É um cidadão com elevado sentido cívico.

Na palavra participar está a segunda chave do problema: hoje em dia ninguém se inscreve num partido para colar cartazes, ir à sua estrutura local beber uma bica e levantar o braço quando é preciso para apoiar o dirigente ou figura nacional que se lhe apresenta à frente. Um cidadão militante partidário quer ser ouvido, quer dar a sua opinião para a resolução do problema

concreto e quer, sobretudo, poder participar nas decisões.

Por consequência, para se abrir os partidos e captar “gente nova” é necessário aprofundar a participação interna, dando aos militantes e simpatizantes dos partidos a possibilidade de participarem nos processos de decisão das questões mais importantes e que terão uma influência muito significativa na qualidade de vida dos cidadãos.

Como se formatam as decisões no seu interior é a chave para a resolução da crise de participação nos partidos. Se lhes é tolhida essa possibilidade as pessoas abandonam a militância, ainda que possam manter o vínculo através do pagamento de quota, mas ficando a qualidade da democracia mais pobre. Para os que ficam, resta-lhes a possibilidade de imitarem a sua “elite” partidária, e tentarem ganhar o “campeonato da segunda divisão” conquistando os lugares nas autarquias ao nível de freguesias e assembleias municipais.

E esta é a terceira questão problemática na vida dos partidos e que mina a sua credibilidade. Como conciliar qualidade dos eleitos com o natural e inalienável direito democrático de qualquer cidadão, e portanto também o cidadão militante, de poder candidatar-se a uma qualquer eleição?

Não tenho uma “fórmula milagrosa” para responder a esta questão. Apenas uma certeza: o critério final terá de ser sempre o do aferimento democrático. Em política, e estamos a falar de candidaturas políticas, tem sempre de se valorizar quem é capaz de ser eleito, escolhido democraticamente. Aqui coloca-se como é que se escolhem democraticamente pessoas para serem candidatas? Em eleições directas ou em eleições em órgãos representativos? Dos dois modos, responderei. Nuns casos, em eleições directas, noutros, em eleições nos órgãos representativos. Com o primeiro método, quando se trate de escolher cargos unipessoais, como por exemplo o de presidente ou secretário-geral de um partido. Nos órgãos representativos para os lugares em lista.

Mas sendo este o método já genericamente adoptado nos dois maiores partidos, continuam a existir problemas como verificámos nas directas do PSD e de um modo mais “soft” no PS.

Estas dificuldades subsistirão em ambos os partidos enquanto as regras não forem claras e sempre as mesmas. Mudar de regra de eleição para eleição, de modo de pagamento, de quotização ou de recenseamento, são circunstâncias que empobrecem a vida dos partidos.

Só se resolverá este “velho” problema quando forem tomadas duas medidas: regulamentos eleitorais e de pagamentos de quotas perenes, depositados em sede de Tribunal Constitucional, e uma absoluta neutralidade do aparelho funcional.

Este é outro ponto essencial para uma reforma dos partidos. Os partidos têm de ter obrigatoriamente funcionários, recepcionistas, telefonistas, contabilistas, assessores de imprensa, de marketing, etc., etc., e sendo natural e impensável que não sejam militantes, têm, em nome da transparência, de ser neutrais nas disputas internas. Só o poderão ser se não estiverem dependentes na manutenção do emprego ou cargo da direcção nacional do momento, e para que assim seja seria desejável que cada partido estabelecesse um regulamento de carreira, devidamente

remunerado. Quem optasse pela carreira de funcionário, mediante concurso interno, não poderia exercer nenhum cargo partidário, nem mesmo o de dirigente de base, mas teria o seu lugar justamente remunerado e salvaguardado das mudanças políticas das direcções. Estou certo que se resolveriam muitos dos problemas.

Estas reflexões que apontei acompanhadas de algumas propostas poderão não responder a todas as questões que foram levantadas por Carrilho, mas contribuirão para um objectivo reclamado, que é o de uma maior pluralidade. Se não existirem regras claras de funcionamento e incentivos à participação política, o pluralismo não subsistirá nos partidos políticos. A estrutura organizativa depende naturalmente das opções e vontades políticas de quem tem poder para as tomar. No PC, de há muito e na linha do movimento comunista internacional, impera o centralismo democrático como modo de ligação entre bases e cúpulas. Naturalmente que o pluralismo não está no centro das suas preocupações. Ao invés, tanto PS como PSD assumem o direito e dever da participação, mas quer pela prática, quer pelo modo desadequado aos tempos actuais nas suas ligações internas, são estruturas demasiado verticalizadas, o que não favorece o debate político e participação. Também aqui seria desejável reformar-se, mas estamos perante uma área de natureza mais estrutural, até de certo modo de natureza ideológica – não se pode impor aos partidos estruturas uniformes de organização e ligação entre si – apenas se pode “exigir” coerência, princípios e regras iguais para todos aqueles que livremente a eles aderirem. Se tal acontecer, teremos maior coincidência entre o que se diz e o que se pratica e porventura continuarão a surgir candidaturas de independentes e de dissidentes, facto em si, que em vez de os encarmos como negativos, poderão constituir boas oportunidades para melhorarmos o funcionamento dos partidos políticos. Pessoalmente, não acredito em democracias sem partidos políticos.

Uma última nota para o relacionamento dos partidos políticos com a comunicação social. A reforma dos partidos só se pode fazer com a ajuda da imprensa. Muitas vezes esta não valoriza o que de positivo se faz em inúmeras estruturas partidárias, antes pelo contrário, ignora-as, preferindo realçar que acontece de negativo. Deve realçar o negativo, mas deveria igualmente salientar as inúmeras iniciativas cívicas que são promovidas pelos partidos, debates importantes, que por não terem o “sal e a pimenta” de uma qualquer intriga de momento, são pura e simplesmente ignoradas. Exigem a renovação, mas sempre que surge alguém desconhecido, eleito pela base, logo nos é apresentado nos órgãos de comunicação como um “desconhecido” sem currículo. Também aqui os partidos devem reformar-se, estabelecendo uma relação séria e leal com a comunicação social. Não é verdade que “só se ganham eleições se a imprensa estiver connosco”. Uma primeira reforma, simbólica que os partidos deveriam promover, seria a de deixarem de alinhar as suas acções e conferências pelo horário dos telejornais ou de fecho dos jornais, adoptando o seu próprio ritmo.

Não resolveria tudo, mas clarificava uma questão que muito confunde os cidadãos: que é a de pensarem que andamos aqui apenas para fazer espectáculo.

“Este é um Orçamento que apela claramente para a economia real”

Com a economia a crescer, com o défice das contas públicas controlado e com um conjunto de reformas estruturais a avançar, o Orçamento de Estado (OE) para 2008 traduz fundamentalmente o bom clima que o país começa a respirar. Para o deputado socialista e coordenador da Comissão parlamentar de Orçamento e Finanças, Afonso Candal, em entrevista à “Acção Socialista”, o próximo Orçamento de Estado apresenta um conjunto muito favorável de propostas que apontam para um desenvolvimento sustentável do país, nomeadamente em resultado da consolidação orçamental que o Governo tem vindo a concretizar desde 2005 e de um conjunto de outras reformas, como seja o caso, por exemplo, da reforma da Segurança Social, da Administração Pública e das novas Leis das Finanças Locais e Regionais.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Na sua opinião, com o défice das contas públicas a baixar para os 3 por cento, pensa que estão criadas as condições neste Orçamento de Estado para 2008 para a expansão da economia?

Este Orçamento de Estado contém medidas claramente destinadas ao estímulo da nossa economia real. Como se sabe, um orçamento é, por regra, um instrumento que define a contabilização de tectos de despesa e de projecção de receitas. Isto é, não tem que ter no seu interior medidas de políticas, algo que este Orçamento de Estado para 2008, sem dúvida, contém. Nomeadamente em duas principais áreas: uma que se refere à reabilitação urbana, estimulando as empresas da construção civil a apostarem mais no capítulo da recuperação das nossas cidades, e uma outra que tem a ver com os prazos de pagamento das entidades públicas, encaradas de um forma global, aos seus fornecedores.

Outras medidas são igualmente contempladas apontando todas elas para a criação de verdadeiros estímulos ao desenvolvimento da nossa economia.

Em relação às duas medidas referidas, quero salientar sobretudo o facto de serem duas acções que integram de forma inovadora este Orçamento de Estado e que constituem, sem dúvida, iniciativas que visam objectivamente estimular a economia real.

E o que dizer das críticas das oposições quando acusam o Governo de ter uma obsessão pelo combate ao défice?

Na minha opinião não há absolutamente nenhuma obsessão no que respeita ao combate ao défice. Antes pelo contrário. O que aconteceu foi que o Governo teve a enorme coragem de avançar para uma batalha que sucessivos governos, por incompetência ou por desleixo político, não quiseram enfrentar.

Apesar desta vitória indiscutível, o combate ao défice das contas públicas, sendo um objectivo desde

sempre assumido pelo Governo, não é, nem nunca foi, um propósito levado a efeito a todo o custo.

Até porque este Governo sempre afirmou que o combate ao défice vale por si próprio e pelos efeitos positivos que gera na credibilidade e na confiança. E nessa medida sempre acompanhou o combate ao défice das contas públicas, criando e aprovando medidas de apoio ao desenvolvimento económico e social.

Para se ter uma noção clara da necessidade de se continuar a lutar contra o défice, basta transpor aquilo que são as finanças do Estado para as finanças das famílias, para se entender que ninguém consegue viver ano após ano gastando mais do que aquilo que tem para gastar. O défice mais não é do que a diferença entre as despesas e as receitas, ou seja, existe défice quando há mais despesas do que receitas.

O facto de se ir corrigindo esta diferença gastando-se tendencialmente só aquilo que se tem para se gastar representa um acto de boa gestão que ganhar maior destaque ainda quando desenvolvido o mais cedo possível.

Quando um país deixa acumular a sua dívida pública, que é o que estava a acontecer a Portugal, não só está a transferir para as futuras gerações a obrigação de serem elas a arcar com esta responsabilidade, como está também a dar uma péssima imagem de si próprio ao exterior.

Daí que o combate ao défice que este Governo está a levar a cabo, se revista de uma grande importância?

Exactamente. E não me parece nada saudável que haja alguém que agora possa vir criticar este Governo por estar empenhado em levar em frente uma tarefa que há muito já devia ter sido empreendida em Portugal.

Porque é bom que todos tenhamos a noção de que os sacrifícios que hoje estão a ser pedidos aos portugueses no sentido de reduzir o défice são incomparavelmente mais pequenos do que aqueles que teríamos de enfrentar de futuro



caso não tivesse havido entretanto uma efectiva correcção do défice.

Há críticas que referem que o Governo conseguiu baixar o défice somente graças ao aumento das receitas fiscais. É justa esta crítica?

Comprovadamente não. Antes do Governo do Partido Socialista, liderado por José Sócrates, outros também aumentaram os impostos e nem por isso o défice das contas públicas baixou. Antes pelo contrário, como todos nos lembramos. O país que recebemos em 2005, neste como noutros capítulos, estava à beira do caos.

O que este Governo está a fazer é bem diferente. Tem vindo de facto a pedir aos portugueses alguns sacrifícios, nomeadamente em termos fiscais, mas paralelamente tem desenvolvido um conjunto de reformas estruturais que nos permitem encarar o futuro do país com um reforçado optimismo.

Reformas que incidiram nomeadamente sobre os grandes agregados da despesa, como é o caso das transferências para a administração local, criando uma nova Lei das Finanças Locais, transferência para as regiões autónomas, criando também uma nova Lei das Finanças Regionais e ainda canalizando maiores transferências para a Segurança Social, sector onde este Governo teve a coragem de avançar com uma importante reforma, algo que há muitos anos estava a ser prometido aos portugueses mas que nenhum governo antes teve a coragem e o saber para avançar.

E estas são reformas que nos podem ajudar a encarar o futuro com mais optimismo?

“O Orçamento de Estado de 2008 contém medidas claramente destinadas ao estímulo da nossa economia real”.

“Os sacrifícios que o Governo tem vindo a pedir aos portugueses são hoje incomparavelmente mais baixos do que aqueles que de futuro teria de pedir caso não tivesse iniciado um combate sério ao défice das contas públicas”

Sem dúvida. É que para além dos sacrifícios que estão a ser pedidos aos portugueses, algo que tinha que ser feito, sob pena de termos um país a breve prazo inviável do ponto de vista financeiro, e não só, há outras reformas estruturais também em curso que tendem a partir agora a ajudar na redução da dívida e a permitir que se faça ainda mais pelo lado da despesa. E é exactamente isto que está a ser feito. A

consolidação orçamental feita no período de 2005 a 2007, por este Governo, com todos os sacrifícios pedidos à população, permite-nos agora enfrentar o futuro com muito mais optimismo, visto tal consolidação ter sido feita em 77 por cento pela diminuição do peso da despesas e apenas 23 por cento pelo aumento da receita.

As propostas que as oposições têm feito vão todas no sentido de aumentar as despesas e não de as diminuir, como o bom senso aconselha e a prática mostra possível.

As despesas que têm vindo a aumentar referem-se fundamentalmente às transferências para a Segurança Social, nos aumentos das pensões e de todos os encargos que então ligados à Segurança Social, aumentos brutos das transferências acrescidas para o Serviço Nacional de Saúde, mas também com os aumentos das transferências em 2008 para as autarquias locais, que até agora têm estado congeladas mas que este OE reserva mais dinheiro, como também vão aumentar os encargos da dívida, ou seja dos juros que o país tem de pagar – dívida cujo peso apenas diminuirá no decorrer deste ano e no próximo.

Na sua opinião, trata-se pois de um OE com os olhos postos no futuro e com os pés no chão?

Sem dúvida. Trata-se de facto de um OE que aponta claramente no sentido do crescimento, algo que há muito não se via. E se tal acontece, isto resulta das boas práticas políticas que o Governo tem vindo a ser capaz de desenvolver desde que tomou posse há pouco mais de dois anos.

Um excelente exemplo que justifica e explica porque de facto estamos a crescer do ponto de vista económico, é quando olhamos para o sector das nossas exportações, e constatamos que, não só estão a crescer e a consolidar mercados, como estamos a entrar nalguns onde nunca tínhamos entrado, concorrendo com economias nalguns casos mais avançadas do que a nossa. E não se pense que isto está a acontecer por acaso ou por qualquer facilidade passageira. O que sucede é que estamos a saber responder, de forma séria e moderna, ao mercado, exportando valor acrescentado e com isso arrecadando os consequentes benefícios.

Este Orçamento de Estado também contempla este cenário, incentivando com um conjunto vasto de medidas o apoio às empresas e à exportação dos produtos fabricados em Portugal e não esquece as famílias, nomeadamente aquelas de que fazem parte cidadãos portadores de deficiência, as que têm filhos com menos de três anos de idade ou as que demonstram maiores preocupações ambientais.

Orçamento de Es

Prosseguir a política de rigor; apoiar o crescimento e a criação de emprego; apoiar os cidadãos

OPINIÃO



MARINA DUTRA

CONVICÇÃO VERSUS OBSESSÃO

Existe neste orçamento um reforço de 3% na componente social. O alargamento do complemento social para idosos carenciados com mais de 65 anos e o aumento dos benefícios à natalidade são exemplos deste reforço

JOSÉ Sócrates é frequentemente acusado de continuar com a obsessão pelo défice, tal como os dois governos anteriores. Mas na verdade o que podem acusar José Sócrates é de ter firmeza na sua convicção e não pura obsessão. A convicção de José Sócrates já começou a dar resultados contrariamente à obsessão de Manuela Ferreira Leite e de Bagão Félix. E a prova disso está plasmada no Orçamento do Estado para o próximo ano. Em 2007, o défice deverá situar-se em 3 por cento do PIB abaixo quer da previsão inicial (3,7 por cento) quer da projecção mais recente que apontava para um défice de 3,3 por cento. A verdade é que em dois anos, Portugal baixa o défice de 6,1 por cento para 3 por cento e deixa de estar sujeito ao procedimento dos défices excessivos, passando a cumprir os seus compromissos comunitários. E, o mais importante, consegue-o sem recurso a receitas extraordinárias ou a malabarismos como os de Manuela Ferreira Leite e Bagão Félix. Para 2008, o Governo prevê um défice de 2,4 por cento do PIB, o que corresponde ao défice mais baixo dos últimos 30 anos! A convicção resulta, a obsessão não.

Em 2008, as receitas totais ascenderão a 42,7 por cento do PIB representando um acréscimo de 0,3 pontos percentuais em relação às receitas previstas para 2007 e mais 1,3 pontos percentuais em relação às receitas arrecadadas pelo governo anterior.

Quanto à despesa, o Orçamento prevê uma redução pelo terceiro ano consecutivo, passando o seu peso no PIB de 45,4 por cento para 45,1 por cento: menos 0,3 pontos percentuais que em 2007 e menos 2,4 pontos percentuais em relação à despesa gasta pelo governo da direita.

Mas nem toda a despesa baixa. Existe neste Orçamento um reforço de 3 por cento na componente social. O alargamento do complemento social para idosos carenciados com mais de 65 anos e o aumento dos benefícios à natalidade são exemplos deste reforço.

O peso da despesa no PIB, na óptica da classificação orgânica (por ministérios), baixa de 33,4 por cento para 32,8 por cento. É no Ministério da Economia e Inovação que a despesa mais cresce e é no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comuni-

cações que a despesa mais baixa, sendo reduzida para metade. Esta redução deve-se à alteração contabilística das Estradas de Portugal, EP, pois com a criação do imposto rodoviário esta empresa passou a ser financiada por receitas próprias deixando de ter cabimento orçamental.

Quanto ao Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), há um reforço orçamental em 2008 na ordem dos 673 milhões de euros (mais 23 por cento). Este valor é contestado pela oposição que compara o valor dos investimentos do PIDDAC de 2007 com os de 2008 sem ter em conta a alteração de contabilização das Estradas de Portugal. Ora, para uma comparação séria e realista do valor dos investimentos, terá que se retirar ao Orçamento de 2007 as verbas respeitantes àquela empresa, exercício que por razões bem compreensíveis não interessa à oposição fazê-lo.

A grande aposta de investimento ocorre na ciência e tecnologia, como o demonstra o valor do PIDDAC afecto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior: 816,4 milhões de euros que representa quase 1/4 do total do PIDDAC. A importância deste ministério passa de 16,1 por cento em 2007 para 23 por cento em 2008.

A convicção de José Sócrates também comporta resultados positivos no que respeita ao crescimento da economia. De facto, a economia portuguesa deverá crescer 2,2 por cento em 2008: o maior crescimento desde 2000 e em convergência com a zona euro, o que não se verificava desde 1999. As exportações continuam a ser o principal motor do crescimento. Deverão aumentar 6,7 por cento, acima da zona euro pelo terceiro ano consecutivo. O investimento que apresentou crescimentos negativos em 2005 e 2006, já este ano será positivo (1,0 por cento) acelerando o ritmo de crescimento em 2008 para 4,0 por cento. Números que não se verificavam desde 1999.

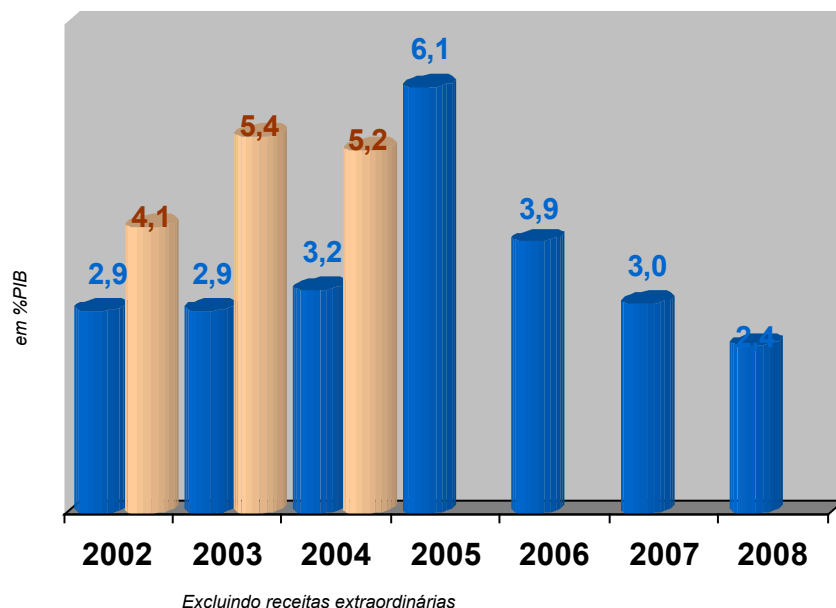
Quanto ao desemprego, o Governo prevê que em 2008 a taxa de desemprego se reduza para 7,6 por cento.

Como ficou demonstrado, no rigor dos números, a convicção produz resultados. A obsessão não!

OS GRANDES NÚMEROS PARA 2008

Défice mais baixo dos últimos 30 anos

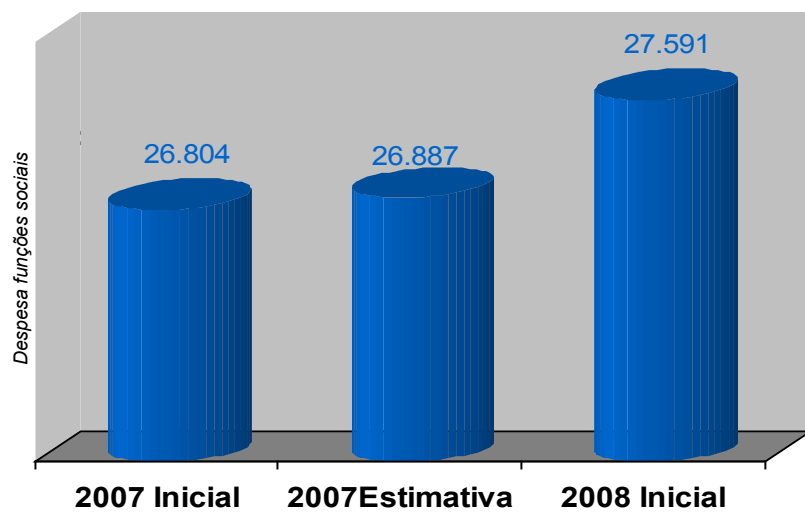
De 2005 a 2007 baixa o défice de 6,1% para 3% sem recursos a receitas extraordinárias



DESPESA DO ESTADO 2008 NA ÓPTICA DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

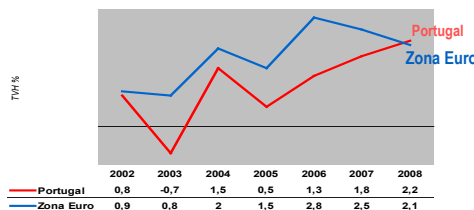
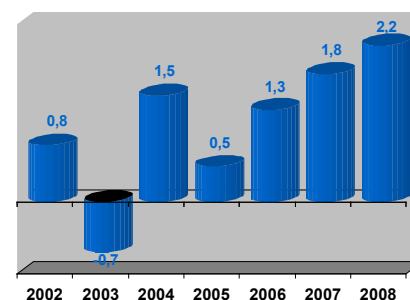
Reforço da Componente SOCIAL

Aumenta a despesa com as funções sociais em 3%



OS GRANDES NÚMEROS PARA 2008

O maior crescimento da Economia desde 2000



Um crescimento de convergência para a Zona euro

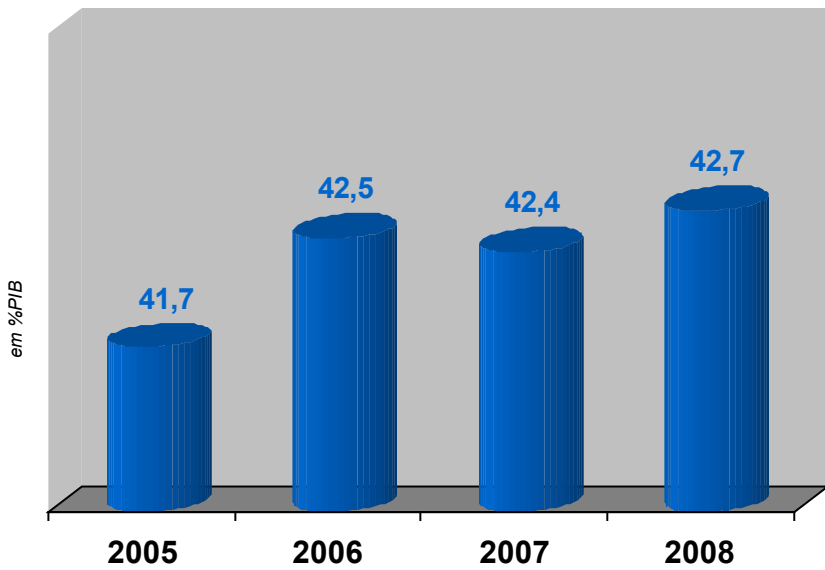
Estado para 2008

Indicadores e as famílias

OS GRANDES NÚMEROS PARA 2008

Receitas Totais Aumentam

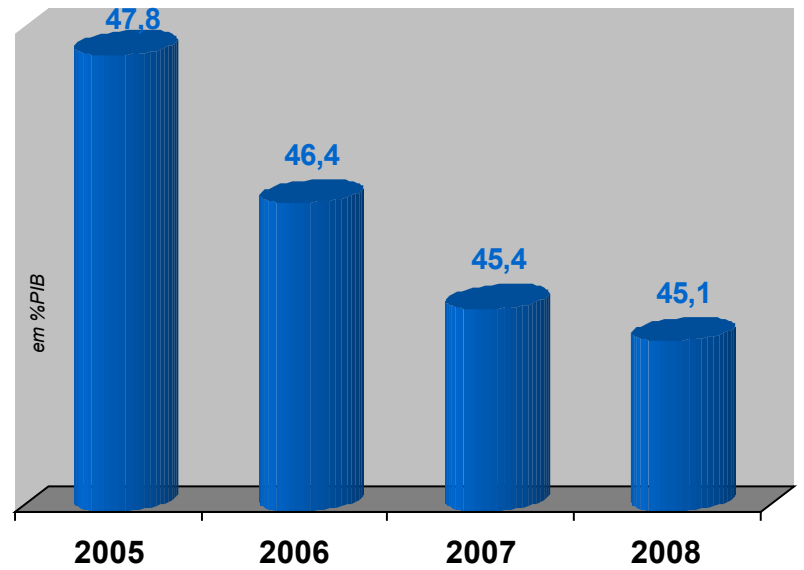
Peso no PIB passa de 42,4% para 42,7%



OS GRANDES NÚMEROS PARA 2008

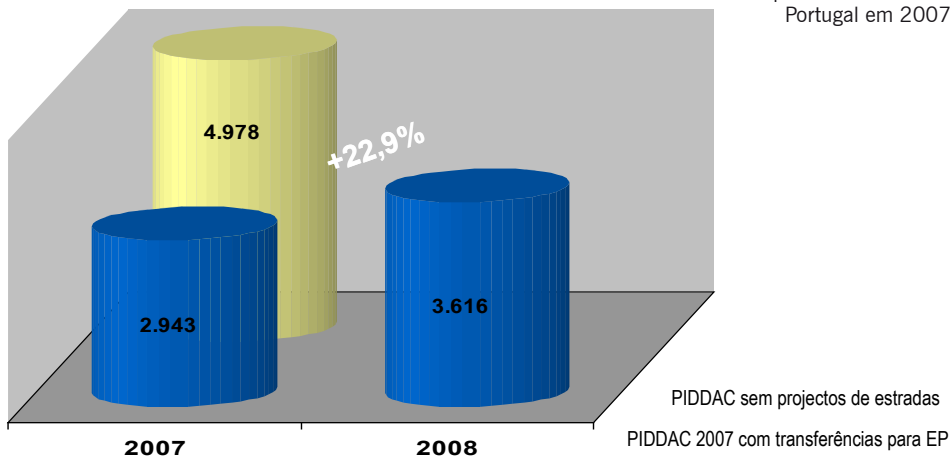
Redução da Despesa pelo 3º ano consecutivo

Peso no PIB passa de 45,4% para 42,1%



EVOLUÇÃO TOTAL DO PIDDAC: 2007-2008

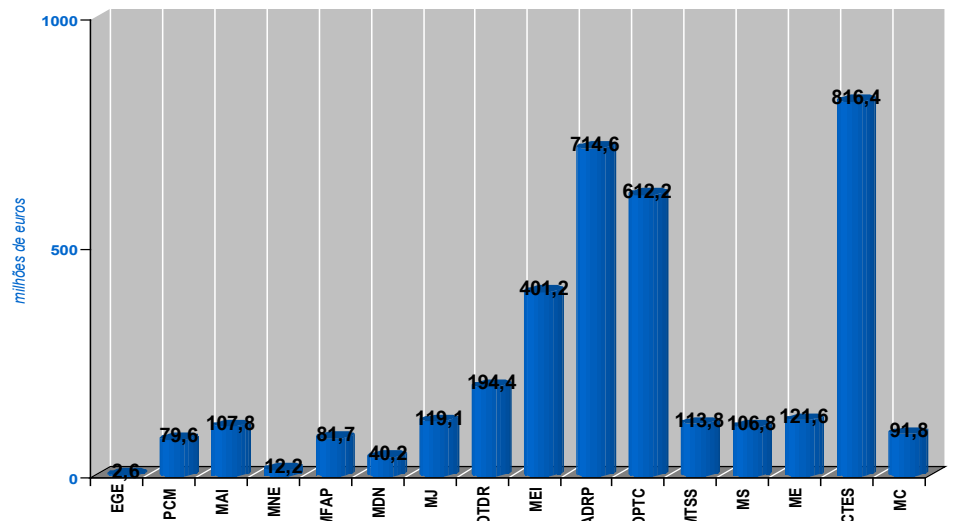
Mais 672,3 milhões de euros



Sem transferências para as Estradas de Portugal em 2007

PIDDAC POR MINISTÉRIOS

Grande aposta de investimento no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino superior

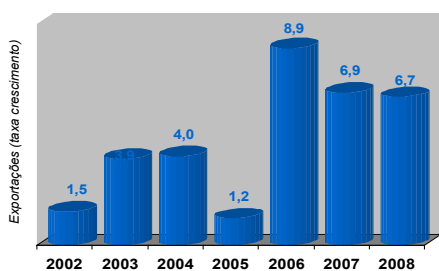


Nota: Como consta no relatório do OE 2008, "os valores do PIDDAC de 2008 não são comparáveis com os de anos anteriores devido à alteração de contabilização das estradas de Portugal, EP. Com a criação da contribuição do serviço rodoviário esta empresa passou a ser financiada com receitas próprias que lhe advêm da cobrança dessa taxa pelo que deixou de ser considerado no universo PIDDAC o que reduz os respectivos montantes não só devido à não existência de uma transferência de capital do Capítulo 50 para esta empresa, mas também nos montantes de receitas próprias com origem em outras fontes que estavam adstritas a esta empresa". No entanto, retirando os valores afectos à Estradas de Portugal e REFER em 2007, temos:

PIDDAC do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior é o mais elevado

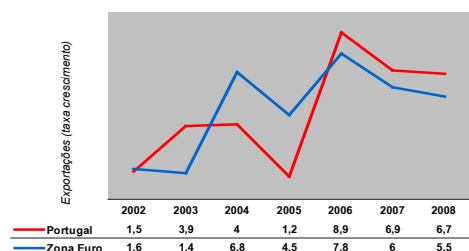
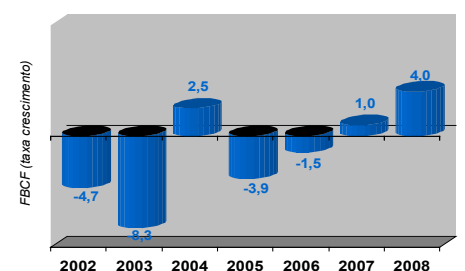
OS GRANDES NÚMEROS PARA 2008

Exportações continuam a ser o principal motor da economia

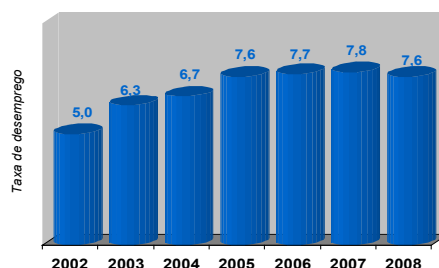


OS GRANDES NÚMEROS PARA 2008

Investimento cresce 4,0% O maior crescimento desde 1999



Desde 2006 que crescem acima da Euro zona



Desemprego baixa para 7,6%

OPINIÃO

AUTARQUIAS NO ORÇAMENTO DO ESTADO 2008

LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

Um dos objectivos é, justamente, corrigir as desigualdades entre autarquias do mesmo grau, designadamente por terem, à partida, capacidades diferentes na geração de receita e/ou por terem necessidades diferentes na realização da despesa

OS ORÇAMENTOS do Estado, entre outras coisas, contêm as verbas de transferência financeira para as autarquias locais, nos termos da lei.

Mas o que é mais relevante assinalar, nesta ocasião, é que essa transferência é progressivamente menos importante.

Não porque as autarquias tenham menos meios financeiros à sua disposição, como receita, mas sim porque a componente que se traduz numa entrega feita pelo Estado (a transferência) é cada vez menor, e, ao invés, engrossam as receitas próprias.

Ora isto é politicamente muito importante porque aprofunda e engrandece o regime de autonomia do poder local.

O poder local livre e autónomo, de que fala a nossa Constituição, é aquele que decide, por si próprio, sobre o seu património, sobre as suas receitas e sobre as suas despesas.

O poder local que estava sobretudo dependente da dádiva do Estado é menos livre e menos autónomo.

É claro que, para alguns, faria mais jeito vociferar contra o Estado, alegando que este não lhe dava dinheiro bastante para as suas livres despesas, do que ter a responsabilidade de decidir, perante os cidadãos e eleitores, que receita quer ou precisa e, nessa altura, tendo de clarificar, concomitantemente, que qualidade de despesa vai realizar.

Quanto menos depender do Estado, mais autónomo é o poder local.

Ora é este paradigma que enforma a nova lei das finanças locais.

Por isso hoje os municípios já decidem sobre uma importante fatia da sua receita.

Decidem, mais livremente, quanto às taxas que podem lançar sobre as actividades no seu território, decidem sobre a tributação dos direitos de passagem da cablagem das empresas de comunicações electrónicas, decidem sobre a derrama que incide no lucro das empresas, decidem sobre o imposto predial que pagam os imóveis, decidem, até, sobre o imposto pessoal de rendimentos dos seus habitantes.

E, no futuro, devem poder decidir ainda mais.

Outro importante paradigma das novas finanças locais é a dupla solidariedade que estabelece na dotação da receita autárquica.

Por um lado, entre o Estado e as autarquias, e vice-versa.

Desde logo, porque, nas situações de dificuldade financeira do país, as autarquias também

têm de participar no esforço de contenção e reequilíbrio que se torne necessário empreender e, depois, porque, quando a economia melhora e se incrementam os recursos públicos, também, nessa altura, as autarquias terão participação acrescida para a sua parte da receita pública.

Acontece ainda que a repartição dos recursos públicos, entre o Estado e as autarquias, correlaciona-se com o nível de competências respectivas e, o esquema, a que obedece essa repartição, é direccionado a objectivos de desenvolvimento equilibrado do território e de promoção equilibrada do bem-estar social.

Por exemplo, as autarquias que tenham o seu território com zonas classificadas e sujeitas a restrições ambientais, como a rede natura ou as áreas protegidas, são discriminadas positivamente na distribuição das verbas, ou, noutros casos, são excepcionadas as limitações à capacidade de endividamento, quando de trate de recorrer ao crédito bancário, para investimentos de reabilitação urbana dos centros degradados das localidades, ou projectos co-financiados por verbas europeias, ou, ainda, quando é preciso acorrer a situações causadas por calamidades.

O segundo braço da solidariedade, estatuída nas finanças locais, é entre as próprias autarquias entre si.

Um dos objectivos é, justamente, corrigir as desigualdades entre autarquias do mesmo grau, designadamente por terem, à partida, capacidades diferentes na geração de receita e/ou por terem necessidades diferentes na realização da despesa.

Um dos mecanismos inovadores faz com que as autarquias que beneficiem de uma cobrança de impostos locais, próprios, que ultrapasse, para além de 25 por cento, a média nacional de capitação desses mesmos impostos, tenham de redistribuir o seu excesso por aquelas autarquias que, por si só, fiquem, nessa mesma cobrança, para menos de 25 por cento, abaixo daquela média nacional de capitação.

Resultados de tudo isto? Sim, o Orçamento do Estado para 2008 prevê com a aplicação destas regras uma boa subida das transferências, a dobrar o valor da inflação prevista (2,1 por cento) e uma equitativa distribuição entre as autarquias, conforme melhor se pode ver dos quadros juntos.

Isto, relembra-se, é só a parte de transferência do Estado e a ela ainda se somarão as receitas próprias.

Transferência para os Municípios

Ano	Valor Transferência €	Valor Variação €	% Variação
2007	2.298.418.595,0	108.114.358,0	4,7
2008	2.406.532.953,0		

Ano	Aumentam	Igual	Diminuem
2008	294 Municípios	4 Municípios	10 Municípios

Nota: Os Municípios que não crescem na parte da transferência do Estado (como os que cresçam menos) são os que têm aumentos, tais na parte de arrecadação de rendimentos próprios, que contrapesam e suprem favoravelmente a receita ao seu dispor.

Transferência para as Freguesias

Ano	Valor Transferência €	Valor Variação €	% Variação
2007	193.842.936,0	4.375.071,0	2,3
2008	198.218.007,0		

Ano	Aumentam	Igual	Diminuem
2008	3.171	1.088	0.0

Nota: As Freguesias, ao contrário dos Municípios, já tinham crescido 2,3 por cento, em 2006.

As freguesias, pela primeira vez, vão arrecadar uma receita fiscal, própria, de 50 por cento do imposto predial sobre os imóveis rústicos.

Concelhia de Lisboa reúne com Marcos Perestrello

A "GRAVÍSSIMA situação financeira" em que se encontra a Câmara de Lisboa é uma "forte condicionante" do seu funcionamento, afirmou Marcos Perestrello, na primeira de um ciclo de reuniões com os vereadores do PS na autarquia que a Comissão Política Concelhia de Lisboa vai organizar até à sua Convenção agendada para 24 de Novembro. Objectivo: apresentação e debate das políticas municipais referentes às áreas de intervenção dos vereadores.

Segundo referiu o vice-presidente da Câmara de Lisboa, nos últimos seis anos o município, sob a gestão da direita, viveu num "mundo de ficção". É que, explicou, apesar da receita estrutural da autarquia ser de 450/500 milhões de euros, eram feitos orçamentos na base de uma receita de 800 milhões.

Por isso, para fazer face a uma situação em que a autarquia alfacinha devia, nomeadamente, a curto prazo a pequenos fornecedores cerca de 350 milhões de euros, o Executivo camarário apresentou um programa de saneamento financeiro, que tem como pontos fundamentais um empréstimo de 500 milhões de euros junto da banca e a diminuição em 30 por cento das despesas com avenças e a contenção das horas extraordinárias.

Relativamente aos pelouros sob a sua responsabilidade, Marcos Perestrello falou da "degradação" em que se encontra o parque escolar, "uma situação ímpar em Portugal", havendo, inclusive, "escolas sem casa de banho".

Na área do desporto, continuou, "a herança também é terrível", regis-



tando-se uma elevada degradação das infra-estruturas". Segundo o vice-presidente da Câmara, nos últimos anos houve um aumento de equipamentos nesta área, sem cuidar da sua manutenção, ao mesmo tempo que, por exemplo, piscinas antigas estão em adiantado estado de degradação. "A nossa prioridade nesta área é abrir estes equipamentos e pô-los a funcionar e proceder à recuperação de equipamentos antigos, como as piscinas, através de parcerias público-privadas", disse.

Também no espaço público o "estado de degradação é evidente", referiu Marcos Perestrello, adiantando que os espaços verdes "abandonados" vão ser alvo de intervenções. "No próximo ano contamos ter espaços verdes bem arranjados", disse.

O vereador socialista salientou que a Câmara está apostada em disciplinar o estacionamento e que ao nível da mobilidade a prioridade "é criar condições aos peões para circular na cidade".

Marcos Perestrello revelou ainda que há empreitadas do tempo de Santana Lopes "sem projecto" e "obras que pararam por falta de pagamento". Assim, frisou, "é preciso desbloquear estas obras. Relançar concursos e ir acabando as grandes intervenções que foram iniciadas". J.C.C.B.

Socialistas denunciam gestão "ruinosa" do presidente da Câmara de Castelo de Paiva

NO FINAL de uma visita a todas as freguesias do concelho de Castelo de Paiva, os autarcas eleitos pelo PS afirmaram estar profundamente "desiludidos e desencantados" em relação à gestão do PSD e de Paulo Teixeira à frente da Câmara Municipal, nesta primeira metade do mandato autárquico. A gestão do presidente do município foi mesmo classificada pela delegação socialista de "ruinosa" e "desastrosa", por estar "a estar a hipotecar o futuro de Castelo de Paiva e das novas gerações".

Segundo os autarcas do PS, "o pior de tudo é que da parte do PSD e de Paulo Teixeira não se vislumbram quaisquer sinais de inverter o rumo para evitar o descalabro e a ruína do município". E adiantam que "são muitos os problemas que se verificam no concelho e que o PSD e Paulo Teixeira não têm capacidade para resolver, como o flagelo do desemprego, a falta de

capacidade de atrair investimento e de criar novas zonas industriais, a falta de zelo e de gosto em manter os equipamentos e os espaços públicos em condições dignas para quem os utiliza e usufrui". Mas também "o Plano Director Municipal que nunca mais é revisito e que tem conduzido à saída de muitos jovens casais do concelho, a falta de habitação social e o gravíssimo problema da dívida astronómica, e que tem conduzido à asfíxia financeira da Câmara".

Sobre o "gravíssimo problema" da dívida, os autarcas socialistas alertaram que a Câmara Municipal poderá ser penalizada, nas suas receitas, em 1,82 milhões de euros, por ter ultrapassado o limite de endividamento no ano de 2006. E interrogaram-se: "Com tão pouca obra de inteira responsabilidade da Câmara, para onde foi gasto tanto dinheiro?" J.C.C.B.

Jaime Gama destaca papel da UE na resolução de problemas mundiais

UNIVERSIDADE MERIDIONAL DO ALGARVE

AS CONDIÇÕES climáticas, a insegurança gerada pela proliferação de armas de destruição maciça e os desequilíbrios demográficos são os principais problemas internacionais da actualidade. Este o alerta deixado pelo presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, na lição inaugural da Universidade Meridional, uma iniciativa do PS/Algarve que aproveitou para destacar também o papel da União Europeia (UE) e do Tratado Reformador de Lisboa na mediação e resolução dos problemas internacionais.

Durante a primeira aula realizada recentemente no anfiteatro da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, em Faro, subordinada ao tema "As grandes questões do nosso tempo", Jaime Gama elegeu a crise climática como o "primeiro grande problema internacional", devido à dimensão dos seus efeitos à escala mundial.

Neste ponto, salientou a necessidade de uma profunda reflexão sobre a matéria, de forma a travar o aquecimento da superfície da terra.

O objectivo, sustentou, é impedir o aquecimento global, reduzindo para metade, até 2050, a emissão de gases com efeito de estufa, em relação aos níveis registados em 1990.

Trata-se, segundo referiu o presidente do Parlamento, de uma medida que exige a criação de nova legislação até 2012, altura em que cessa a vigência do protocolo de Quioto, bem como a realização de novos acordos à escala planetária.

Reconhecendo não ser esta uma questão "fácil", Gama atribuiu à UE um "papel importante" no seio da comunidade internacional, sobretudo enquanto líder no âmbito dos processos de negociação agendados para as próximas conferências internacionais sobre esta questão ambiental.

Perante os 60 formandos do curso de Política e Administração Pública, chamou ainda a atenção para a insegurança e "perturbação do relacionamento internacional" gerados pela proliferação de armas de destruição maciça que, alertou, "se forem acessíveis ao terrorismo internacional, podem converter-se numa vasta ameaça para a vida na terra".

Estabeleceu igualmente uma comparação entre anteriores períodos de afrontamento internacional e os novos factores de conflito, tendo destacado a "lógica fortíssima de irracionalidade" que orientam estes últimos, pelo que defendeu ser de grande prioridade o seu acompanhamento e controlo.

Tão preocupante quanto o risco inerente a este flagelo, o



desequilíbrio demográfico é, para o presidente da Assembleia da República, um "problema de enorme gravidade" e um fenómeno que poderá atingir dimensões alarmantes à escala mundial até 2050, tendo em conta o diferencial dos rendimentos 'per capita' e o agravamento das condições climáticas com efeitos nocivos para as populações.

Jaime Gama lembrou ainda os problemas sociais associados a este cenário, como a pobreza e as epidemias que atingem diariamente milhares de pessoas, sobretudo em zonas mais desfavorecidas como África, tendo classificado este como um "forte ingrediente para a grande conflitualidade".

Face à fragilidade da actual comunidade internacional, Gama advogou a prioridade à reestruturação, ao redimensionamento e ao reequilíbrio do sistema das Nações Unidas, tendo considerado que, neste campo, a UE tem um papel importante a desempenhar, pois, para além de constituir "o único caso de sucesso na ordenação do seu espaço geográfico", também no plano internacional configura o êxito ao representar um quarto do produto económico mundial.

Frisou, finalmente, a importância das reformas institucionais consolidadas no âmbito do Tratado de Lisboa, por permitirem reforçar a capacidade da UE para agir de forma ímpar na vida internacional.

Universidade quer formar para a regionalização

Refira-se que a Universidade Meridional do PS/Algarve é uma

iniciativa que visa criar uma plataforma de debate, reflexão e estudo sobre Organização do Estado, Descentralização e Regionalização, formando quadros em Política e Administração Pública e fazendo doutrina na área da "governança regional".

"Acreditamos que temos uma agenda que se concretizará na próxima legislatura e é com essa convicção que estamos a preparar jovens quadros para, num futuro muito próximo, poderem dar também o seu contributo na organização da nossa região", declarou Miguel Freitas, presidente da Federação socialista do Algarve.

De salientar ainda que a Universidade Meridional, projecto iniciado em 2006 com a realização de um conjunto de lições não estruturadas, pretende abrir espaço ao confronto das respostas da direita e da esquerda moderna aos novos desafios da globalização, através de dois seminários de enquadramento ideológico.

O curso da Universidade Meridional integra ainda um conjunto de seminários de enquadramento estratégico, vocacionados para o debate de temas em torno da afirmação de Portugal no mundo, a reforma do Estado, a organização regional e a competitividade territorial e o modelo social europeu à luz da Estratégia de Lisboa.

António Vitorino, José Lamego, Augusto Santos Silva, Teixeira dos Santos, Augusto Mateus, Carlos Zorrinho, Maria João Rodrigues, Maldonado Gonelha e João Cravinho, serão os participantes convidados pela Federação do PS Algarve nestes seminários. **M.R.**

OPINIÃO



JOÃO SEQUEIRA
Membro da Comissão Nacional do PS

O panorama financeiro actual da Administração Pública Desportiva resulta das profundas alterações introduzidas por este Governo na gestão e no modelo de financiamento do sistema desportivo, logo em 2005

O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2008 E O DESPORTO

DA PROPOSTA de Lei de Orçamento do Estado (OE) que o Governo entregou recentemente na Assembleia da República resultam, em traços gerais, duas linhas de força relativas à estratégia orçamental para 2008:

1. Prosseguir a política de rigor orçamental, tendo em vista aprofundar a consolidação das contas públicas e a redução do peso da despesa pública e da dívida na economia;
2. Apoiar a recuperação e reestruturação em curso da actividade económica e da criação de emprego.

No que diz respeito ao desporto, estas linhas estratégicas aplicam-se com toda a propriedade, reforçando a coerência financeira e política desta proposta de lei.

Tal como aconteceu em muitos sectores, o caminho para a estabilidade orçamental e sustentabilidade financeira do sistema desportivo não foi fácil, exigindo medidas duras e alterações profundas.

No entanto, foi possível na proposta de OE para 2008 prever um aumento de 8,4 por cento relativamente à estimativa de execução de 2007.

Este aumento dos meios de financiamento do sistema desportivo é virtuoso e cumpridor das melhores práticas de finanças públicas, dado que é sustentado no aumento de 12,6 por cento das receitas próprias da Administração Pública Desportiva e que a comparticipação financeira do Estado será reduzida em 6,3 por cento.

Foi a conjugação desta política de rigor orçamental e a alteração de modelo de financiamento que permitiu ao desporto consolidar a sua estabilidade orçamental.

Ou seja, o panorama financeiro actual da Administração Pública Desportiva resulta das profundas alterações introduzidas por este Governo na gestão e no modelo de financiamento do sistema desportivo, logo em 2005.

O OE de 2008 para o desporto preconiza ainda um conjunto de prioridades no investimento público que resultam do novo rumo da acção governativa para o desporto português, definido desde Fevereiro de 2005, e que têm como pano de fundo a aplicação do QREN.

- Assim, a proposta de OE:
- Consolida a inclusão do desporto e da actividade física no 1.º ciclo do ensino básico;
 - Continua o apoio aos clubes e associações desportivas através de medidas como "Saúde e Segurança nas Instalações Desportivas";
 - Permite a construção e a instalação do 1.º Relvado em mais de ¼ dos concelhos do país que ainda não têm um equipamento deste tipo;
 - Renova o apoio à modernização das federações desportivas;
 - Prossegue a instalação de mais de uma centena de "Mini-Campos Desportivos" pelo território nacional;
 - Promove o apoio aos Clubes Históricos e de praticantes;
 - Reforça o investimento no Alto Rendimento, garantindo os níveis de financiamento às federações desportivas e à preparação olímpica e paralímpica, bem como a execução de vários Centros de Alto Rendimento.

Desta forma, como referimos no início, no OE para o desporto prosseguem-se os citados objectivos orçamentais de continuação política de rigor orçamental e de consolidação das contas públicas, apoiando a recuperação e reestruturação em curso da actividade económica e da criação de emprego.

Também no âmbito da política fiscal a proposta de OE para o desporto apresenta novidades com singular relevância política.

É o caso da isenção do IRS para as bolsas atribuídas pelo Estado aos atletas. Estamos perante uma medida reclamada há dezenas de anos pelos atletas (em particular) e pelos agentes desportivos (em geral), para a qual nunca tinha havido coragem política. A sua concretização, por parte desde governo, assume particular importância em ano olímpico.

Ainda no plano fiscal cumpre salientar a isenção do IRS para as despesas de formação dos árbitros e juizes que fazem parte dos quadros distritais e o facto de a taxa de IVA que incide sobre a prática de actividades físicas e desportivas passar para 5 por cento.

Em suma, este é um OE que corporiza um modelo financeiramente sustentável de desenvolvimento da actividade física e do desporto, que assume uma agenda para a política desportiva e que reafirma o Compromisso Nacional de responsabilidade partilhada com o movimento associativo, com as autarquias e com a escola.

OPINIÃO

VENTURA LEITE
Deputado do PS

Uma política de contenção e racionalização das despesas públicas, de apoio à exportação e sua diversificação, de aposta na investigação e na qualificação dos portugueses, a par de medidas de apoio social aos mais carenciados, continuará a ser a única aposta séria

UM OE DE CONSOLIDAÇÃO E DE TRANSIÇÃO NUM QUADRO DE INCERTEZAS

DEPOIS de dois anos de rigor e controlo orçamental (desde 2005), o Governo apresenta uma proposta de Orçamento para 2008 que (salvo os críticos do costume e por obrigação política) é aceite no meio empresarial, e pelas autoridades europeias como credível.

Em primeiro lugar, esta proposta de Orçamento segue-se à confirmação de que o défice das contas públicas em 2007 não ultrapassará os 3 por cento do PIB, o que constituía um compromisso com Bruxelas para ser alcançado apenas em 2008.

Com este resultado, Portugal sai da situação de défice excessivo um ano antes do previsto, sendo de esperar que em 2007 nenhum país esteja na situação de défice excessivo na União. Estes resultados surpreenderam inclusivamente as autoridades europeias que em diversas ocasiões expressaram algumas dúvidas sobre a capacidade do Governo em atingir os objectivos propostos por Lisboa e aceites por Bruxelas.

Esta situação não apenas dá credibilidade ao Governo e ao país em matéria de gestão das contas públicas como reforça a credibilidade do Orçamento do Estado como um instrumento que se pretende cada vez mais rigoroso. Esta é uma necessidade que decorre dos objectivos europeus em matéria de estabilidade das contas públicas e do crescimento, consignadas no Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Por todas estas razões, o OE 2008 prossegue uma estratégia de consolidação das contas através do controlo da despesa pública, visando a redução do seu peso no PIB e de melhoria da cobrança das receitas fiscais, mas assume mais esforços financeiros com o apoio ao crescimento económico.

Tudo o esforço de reforma estrutural e de modernização do Estado, para o tornar mais útil no apoio à actividade económica, a par das preocupações com o estímulo ao investimento privado, à qualificação dos portugueses e apoios aos cidadãos e famílias, prosseguirão em 2008.

Mas, em 2008, o decréscimo que se vinha registando da despesa pública em termos do PIB abranda em comparação com 2006 e 2007.

Isto significa apenas que se aposta agora um pouco mais no contributo da despesa pública em matéria de investimento, e, por outro, lado se criam condições para que não haja mais perda de poder de compra dos funcionários públicos e restantes trabalhadores.

Este não é, naturalmente, o cenário ideal que se poderia traçar.

Todavia, importa lembrar alguns dados de base:

1º O défice das contas públicas deve continuar a descer por imperativos de boa gestão, e de compromissos colectivos internacionais.

2º Não é o peso da despesa pública no PIB que constitui problema (há vários países da UE mais desenvolvidos e com um peso superior ao nosso), mas a natureza da despesa pública. Isto quer dizer, por outras palavras, que o nosso problema são os gastos públicos sem utilidade directa para a economia, situação que foi sendo construída ao longo das últimas décadas. Isto tem implicado menos recursos para a investigação e para o investimento público e privado. Racionalizar as despesas públicas sem impacto social negativo é o desafio nacional que coube ao actual Governo do PS resolver, e que outros não quiseram ou não foram capazes de enfrentar.

Mas o cenário não é o ideal, igualmente por outros factores.

O ciclo da economia internacional dá sinais de abrandamento.

O preço do petróleo vai batendo recordes sucessivos.

Por outro lado, a sobrevalorização do euro face ao dólar convida à exportação de capitais europeus e torna mais caras as exportações.

Esta depreciação do dólar, consequência do agravamento constante do défice comercial norte-americano, não está a conduzir a nenhuma correcção significativa desse défice, ajudando antes ao financiamento acrescido das exportações asiáticas, que por sua vez agravam a pressão sobre a produção petrolífera.

Além disso, um situação tensa no Médio Oriente, agravada pela invasão do Iraque e da política nuclear iraniana, ajuda a compor um cenário de incerteza que se irá reflectir no clima económico mundial, tudo isto compondo um quadro com evidentes riscos para a nossa economia e para a urgente necessidade de inverter a situação do desemprego.

Neste quadro, uma política de contenção e racionalização das despesas públicas, de apoio à exportação e sua diversificação, de aposta na investigação e na qualificação dos portugueses, a par de medidas de apoio social aos mais carenciados, continuará a ser a única aposta séria.

Só a credibilidade da governação do PS permitirá que o país prossiga com estabilidade e confiança neste quadro de dificuldades e algumas incertezas.

Socialistas dos CTT debateram liberalização do mercado postal



J. C. CASTELO BRANCO

A IDEIA de que os CTT estão preparados para enfrentar o desafio que constitui a directiva comunitária relativa à liberalização do mercado de serviços postais, desde que sejam estabelecidas regras claras e salvaguardados os direitos dos utentes e dos trabalhadores, marcou as intervenções dos participantes no debate sobre esta problemática, uma iniciativa conjunta da FAUL e da Secção Sectorial do PS dos CTT Lisboa.

Realizado no Largo do Rato, este debate que foi conduzido pela camarada Custódia Fernandes, teve como oradores o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, e a eurodeputada Edite Estrela.

Perante mais de uma centena de militantes socialistas, Mário Lino, enquanto ministro da tutela, fez uma síntese da evolução do “longo processo” de liberalização, iniciado em 1994, que, na sua opinião, “deve ser olhado não com temor, mas sim de forma positiva, como um desafio, uma oportunidade”.

E considerou que os CTT, “uma empresa que é das melhores da Europa” na sua área de intervenção, estão preparados para responder a este desafio, “pela eficiência, pela diversificação de serviços, por saber trabalhar no mercado globalizado e pela sua internacionalização”. Por isso, concluiu, “devemos encarar a liberalização de forma positiva”.

Mário Lino sublinhou ainda que a directiva comunitária “não dá nenhum poder às empresas para alterar as relações laborais”.

Corroborando o tom optimista da intervenção do ministro, a eurodeputada Edite Estrela elogiou a modernização dos CTT, iniciada sob o impulso dos governos de António Guterres, “com serviços modernos e eficientes, do melhor que se faz lá fora”, salientando, no entanto, que é preciso “acautelar alguns pontos” relativamente à directiva comunitária. É necessário, frisou, “salvaguardar os interesses dos cidadãos – utentes e trabalhadores e estabelecer regras

claras que garantam o serviço universal, a livre concorrência e preços acessíveis”.

Por sua vez, o coordenador da Secção de Acção Sectorial, camarada Nuno Freitas, centrou grande parte da sua intervenção nas preocupações dos trabalhadores e militantes socialistas face à directiva, lembrando, nomeadamente, que as experiências liberalizadoras do mercado postal já levadas a cabo nalguns países foram “um insucesso, com custos sociais elevados”, já que se traduziram na redução dos postos de trabalho, no aumento da precariedade laboral, ao mesmo tempo que não melhoraram a qualidade, nem o preço dos produtos e serviços prestados aos utentes. “Na Nova Zelândia houve uma redução de 43 por cento dos postos de trabalho e na Itália foram suprimidos 120 mil empregos”, apontou.

CTT são um dos melhores operadores do mundo

Seguiu-se um período de intervenções em que o camarada Luís Nazaré, presidente do conselho de administração dos CTT, fez uma análise orientada pelo prisma da gestão e posicionamento da empresa no mercado.

O presidente dos CTT salientou as “características particulares” do sector postal, de “prestar um serviço de interesse geral” e de “levar uma carta a um local, por mais recôndito que seja, o que custa imenso dinheiro”.

Referindo que a directiva “é equilibrada”, Luís Nazaré disse que os CTT estão aptos a enfrentar este novo desafio, já que, sublinhou, a empresa que dirige “é um dos melhores operadores do mundo”.

A empresa “apresenta bons resultados económicos, tem experiência e sabe fazer correio”, sublinhou, adiantando que “muitas rotas não são rentáveis e que 85 por cento das estações perdem dinheiro”.

Apesar destas condicionantes inerentes ao próprio serviço postal, Luís Nazaré foi peremptório: “Queremos a mancha territorial que temos. Não

reecemos a concorrência. Temos de saber quais as regras do jogo”.

A exemplo de todos os outros oradores que o antecederam, Luís Nazaré deu os parabéns à secção pelo trabalho desenvolvido e o apoio concedido pelos camaradas Joaquim Raposo e Custódia Fernandes a esta iniciativa de grande relevância pela actualidade da matéria.

Das intervenções produzidas, destacaram-se uma série de questões. Ou seja, as reservas quanto à eficácia de um processo de liberalização dos mercados postais comunitários; a atenção e acompanhamento, quer da tutela, quer do grupo parlamentar socialista português no PE, relativamente à versão final da directiva, bem como ao seu processo de transposição para Portugal.

Os intervenientes no debate referiram ainda as especificidades do negócio postal relativamente às outras áreas de actividade, nomeadamente no que toca aos elevados custos de exploração; o aproveitamento da abertura do mercado para reforçar ainda mais as melhores práticas de gestão do grupo CTT; a necessidade de salvaguardar, por um lado, os interesses dos consumidores nacionais, criando condições para uma cobertura eficaz do Serviço Universal, e, por outro, a manutenção de postos de trabalho, quer quanto à sua redução quer quanto à sua precarização, introduzindo para tal regras e condições de acesso ao mercado, que permitam uma concorrência leal entre todos os operadores; e ainda o imperativo de garantia do equilíbrio sustentável do Serviço Universal, e do seu operador incumbente, definindo princípios claros e equitativos para o seu financiamento.

No início dos trabalhos, a camarada Custódia Fernandes agradeceu a presença massiva dos militantes dos CTT, salientando o interesse dos camaradas desta empresa pela matéria em discussão, e sublinhou o apoio incedível do presidente da FAUL, Joaquim Raposo, a esta iniciativa, informando que este não pôde estar presente por razões de trabalho.

Novo quartel da GNR em Alcanena



OS SOCIALISTAS de Alcanena congratulam-se com a construção do novo quartel local da GNR no concelho.

Em comunicado, a camarada Fernanda Asseiceira, presidente da Comissão Política Concelhia do PS, salienta que “o Orçamento de Estado 2008, entregue na Assembleia da República no passado dia 12 de Outubro, consagra, no seu PIDDAC, 350 mil euros para

a construção do Quartel da GNR de Alcanena, obra integrada no Projecto Novas Instalações de Cobertura Territorial para as Forças de Segurança”.

“Obra há tanto prometida será finalmente uma realidade no nosso concelho. Uma realidade justa, na medida em que as actuais instalações não oferecem nem as condições nem a dignidade que as forças de segurança merecem”, refere a dirigente socialista local, lembrando de seguida que na sessão de encerramento da Universidade de Oporto de Alcanena, realizada no passado dia 13 de Outubro, o ministro da Administração Interna, Rui Pereira, anunciou publicamente “esta boa notícia para o concelho”.

“A segurança é um direito de todos, e por isso é o contributo do Partido Socialista, para que Alcanena se torne um concelho mais seguro”, conclui o texto do comunicado. **M.R.**

Socialistas defendem eleições intercalares na Câmara da Marinha Grande

A REALIZAÇÃO de eleições intercalares para a Câmara Municipal da Marinha Grande foi defendida pela Concelhia socialista local, por faltarem condições políticas para “uma simples substituição do presidente”, depois do PCP ter retirado a confiança política a João Barros Duarte, eleito pela CDU.

Em comunicado, os socialistas consideram que “só há um caminho a seguir” para resolver a crise na presidência da Câmara Muni-

cipal da Marinha Grande: “Dar novamente a voz ao eleitorado, em eleições intercalares”.

“A actual crise que envolve a autarquia é única e exclusivamente da responsabilidade do PCP”, acusa o PS da Marinha Grande, apontando como causa “a forma como o PCP pretendeu fazer a substituição do presidente eleito”.

Os socialistas consideram que o PCP “mentiu ao eleitorado, ao dizer que o presidente eleito faria o mandato completo, quando agora

Gestão municipal analisada em livro

“GOVERNÂNCIA Municipal – Cidadania e Governação nas Câmaras Municipais” é o título de um livro acabado de publicar, de autoria do nosso camarada Arnaldo Ribeiro, fruto de um estudo de investigação que constituiu a sua tese de mestrado em Administração Pública, defendida pelo autor, na Universidade do Minho.

Trata-se de uma obra de 240 páginas, que aborda a temática da governação municipal analisada nas suas diversas aceções. Enquadrado na ciência da administração, avança para uma reflexão teórica e prática, como refere o autor, sobre a participação dos cidadãos nos assuntos públicos e sobre o novo paradigma da governância, tema aliás, que se introduz nesta obra, de forma inovadora e preconizada pela OCDE.

O livro analisa pormenorizadamente e de forma sustentada a administração municipal portuguesa e o seu processo de tomada de decisão, através de uma relação das

diversas formas organizacionais e os seus desempenhos na associação dos cidadãos a este nível.

São ainda analisadas, por outro lado, as posições dos municípios portugueses no que concerne à participação dos cidadãos, com base num estudo empírico de elevada fiabilidade e que permite aferir, como muita pertinência, os pensamentos dos respondentes sobre esta matéria.

São ainda adiantadas algumas propostas de desenvolvimento do tema, bem como reflexões sobre as vantagens e os riscos da democracia deliberativa e a tentativa de formulação de um índice de aferição da participação dos cidadãos.

Arnaldo Ribeiro é mestre em Administração Pública, pós-graduado em Gestão e Administração Pública e licenciado em Relações Internacionais.

Desempenha actualmente as funções de coordenador de relações públicas internacionais e da cooperação na Câmara Municipal de Viana do Castelo. **R.S.A.**

OPINIÃO



HORTENSE MARTINS
Deputada do PS

Esta consolidação orçamental está a ser acompanhada de um crescimento da gradual da economia, que está em fase de completa reestruturação, no sentido de se tornar mais competitiva. E este é o caminho que temos que prosseguir na senda do crescimento

UM ORÇAMENTO COM SENSIBILIDADE AO INTERIOR

RECENTEMENTE tivemos mais um motivo de orgulho, Portugal conseguiu resolver o impasse, que teimava em perdurar, como uma sombra, e que ameaçava o funcionamento da Europa. Portugal conseguiu chegar ao Tratado de Lisboa!

Quando nos propomos, e temos diante nós uma tarefa difícil, empenhamo-nos, unimo-nos, e conseguimos vencer os desafios.

Já num campo diferente, mas não menos exigente, o que era mesmo uma tarefa árdua, em termos de esforço de rigor e exigência, também obtivemos bons resultados. Temos que o dizer. O Governo conseguiu reduzir o défice dos 6,1 por cento PIB em 2005 para o valor, para 3,9 por cento em 2006, e as previsões apontam para que consigamos atingir os 3 por cento este ano.

No que diz respeito à dívida pública, atingimos os 64,8 por cento em 2006, e prevemos atingir os 64,4 por cento em 2007. Portugal poderá assim sair, um ano antes do previsto, da situação de défices excessivos.

O OE prevê um défice de 2,4 por cento PIB para 2008, e uma dívida de 64,1 por cento PIB. Noto que 2,4 por cento será o valor do défice mais baixo desde 1975. Desta forma estaremos no caminho certo, para obtermos o tão desejado crescimento e desenvolvimento sustentado que ambicionamos.

Atingir o valor do défice, que o PEC nos impõe, não é um objectivo em si mesmo. Só é importante, porque só com contas públicas equilibradas é possível intensificar as políticas sociais de forma que julgo necessário, para que tenhamos um país mais equilibrado e mais coeso. Só assim será possível intensificar a política económica e aliviar a carga fiscal, acelerando e impulsionando o crescimento económico, e desta forma acelerar a convergência com os nossos parceiros da UE, a tal de que ouvimos falar há muito tempo.

O OE prevê um crescimento de 2,2 por cento PIB para 2008, em linha com o previsto para a Europa. Para 2007, está previsto um crescimento de cerca de 1,8 por cento do PIB. Todos nós pretendemos muito mais, sem dúvida, e temos que continuar a trabalhar para que tal seja atingido. Em 2005, estávamos na estagnação, e muito próximos do zero. Por isso, penso que avançamos, e isso é de realçar. Mas temos que conseguir ir mais além. Para isso temos que prosseguir as políticas de consolidação e não nos demovermos na concretização das políticas estruturais, que são fundamentais, para que os nossos impostos sejam reorientados para onde devem ser, e que se incrementem políticas de estímulo à actividade empresarial e consequente criação de postos de trabalho.

Mas, verdadeiramente penso que este Orçamento, ora em discussão na AR, reflecte opções de política que não posso deixar de saudar sobretudo em três campos.

Ao nível, duma maior discriminação positiva para o tecido empresarial situado no Interior. A redução do IRC, em 5 pontos percentuais, para as empresas já aí localizadas é um incentivo, e um reconhecimento pelas reais dificuldades que estas enfrentam associadas à sua localização. Por outro lado, a diminuição para 10 por cento de IRC para empresas que aí se venham a localizar, representam um diferencial de cerca de 50 por cento, com as restantes.

Muito me custa ouvir que esta é uma medida sem grande efeito. Aliás, tal afirmação revela um certo desconhecimento e até insensibilidade quanto aos empresários que diariamente lutam por manter os postos de trabalho, em zonas do nosso país, mais desertificadas, e com problemas de mercado e escala, que as afectam aos mais diversos níveis. Por isso, a medida de discriminação positiva para com o Interior, e que em boa hora foi tomada pelo Governo de Guterres em 1999, e que agora vai ser reforçada por José Sócrates, revela opções políticas de apoio ao desenvolvimento destes territórios, muitas vezes esquecidos. São opções acertadas e de justiça para com estas populações.

Um outro nível, que considero muito adequado, é a tomada de medidas que ajudem e apoiem as PME.

Sabemos que o nosso tecido empresarial é maioritariamente constituído por PME. Aliás segundo dados do INE de 2004, 99,6 por cento das sociedades constituídas são PME! Estas empresas

empregam 2 milhões de pessoas, isto é 75 por cento do emprego privado.

Portanto, é justo, medidas específicas, que apoiem a sua actividade. O interior do país tem maioritariamente micro e PME, muitas vezes de cariz familiar.

Há já a clara noção que estas empresas têm que ser ajudadas a cumprir as suas obrigações, de uma forma mais facilitadora, isto é, apoiando-as, com a diminuição da burocracia e com uma maior simplificação. Assim, pretende-se aumentar o nível de cumprimento das suas obrigações, nomeadamente com o Estado.

Neste campo há uma clara aposta por parte do Governo no apoio a estas empresas, com a continuação do esforço da diminuição dos custos de contexto, com a empresa e a Marca na Hora, e outras medidas em sede de Orçamento.

Aliás, uma boa notícia recente: Portugal está na 37ª posição e está agora melhor situado do que Espanha, em termos de ambiente para os negócios, segundo o relatório Doing Business 2008. Subimos duas posições, enquanto a nossa vizinha Espanha desceu da 30ª para a 38ª posição.

O OE para 2008 tem algumas medidas, para as PME que destaco: incentivos ao recurso a capitais próprios, melhoria do tratamento fiscal dos “business angel”, e mesmo ao nível dos acordos prévios sobre preços de transferência.

Faço notar que foi decidido destinar 60 por cento dos apoios da Agenda da Competitividade para este tipo de empresas, o que sem dúvida é significativo e simultaneamente nos responsabiliza para que saibamos aproveitar esses apoios.

Mas, ainda no âmbito deste Orçamento, verificamos medidas no sentido de reduzir os prazos de pagamento por parte das entidades públicas, o que sem dúvida acreditamos irá ter efeitos muito positivos na economia, e também em especial nas economias regionais, pois sabemos o efeito em cadeia que têm os dilatados prazos de pagamento praticados, que se propagam ao resto da economia, com efeitos significativos ao nível de custos, e de dificuldades de tesouraria.

O prazo médio de pagamentos da Administração Pública portuguesa é de 152,5 dias (a média é de 68,9 dias na Europa), enquanto o prazo médio de pagamentos das empresas nacionais é de 81,8 dias (face à média europeia de 58,6 dias).

Portugal está colocado no último lugar de entre os 25 países europeus, no que respeita aos riscos relacionados com os pagamentos em transacções comerciais – European Payment Índice, Spring 2007. Por isso, esta medida é também muito bem-vinda.

Mas, não poderia deixar de mencionar o cariz social, que este orçamento também apresenta. Refiro-me, por exemplo, ao alargamento, já a partir de 2008, do Complemento Solidário para idosos para cidadãos de baixos recursos a partir dos 65 anos de idade. É, sem dúvida, uma medida que todos devemos ajudar a difundir, já que temos uma parte significativa do território em com um peso grande de população envelhecida, sobretudo nalguns dos nossos concelhos do interior do país.

O Programa Conforto Habitacional para pessoas idosas, que visa melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade de pessoas idosas, será gradualmente alargado aos territórios do interior envelhecido, o que sem dúvida é de justiça social.

Apoiar quem mais necessita deve ser a nossa preocupação.

Por isso, considero que este é também um Orçamento com apoio social aos mais desfavorecidos.

É assim que devem ser aplicadas uma parte dos nossos impostos. Em políticas sociais, dirigidas aos mais carenciados, e numa gestão cada vez mais rigorosa e criteriosa dos nossos recursos.

Esta consolidação orçamental está a ser acompanhada de um crescimento da gradual da economia, que está em fase de completa reestruturação, no sentido de se tornar mais competitiva. E este é o caminho que temos que prosseguir na senda do crescimento.

Em suma, um Orçamento que continua o rigor, mas que o conjuga com o apoio ao Interior, às empresas, e que incrementa as políticas sociais, de apoio aos mais desfavorecidos e carenciados, na tradição solidária do Partido Socialista.

OPINIÃO

TERESA PORTUGAL
Deputada do PS

Gosto de o recordar assim – o amigo certo, capaz de igual abraço aos ricos como aos pobres, aos correligionários como aos adversários

PARA FAUSTO CORREIA, UM HOMEM DE RAÍZES

FAUSTO Correia era um homem de raízes.

A raiz de Coimbra, na ligação funda a uma certa cidade que começa a rarear – a Coimbra da Baixa, das lojas tradicionais, dos antigos comerciantes, da velha barbearia, das ruas estreitinhas calcorreadas desde menino, espaço de encontro de amigos de sempre (fossem eles da Académica ou do União), a Coimbra solidária que o chamou a tantas colectividades, à Associação dos Bombeiros Voluntários, a cidade abrigo dos carismáticos “marginais” que ele conhecia pelo nome e que confiavam na sua garantida generosidade. Também a Coimbra de Santo António dos Olivais, ao tempo da sua infância um bairro de vizinhos, rodeado de oliveiras, ou a cidade das tertúlias nos cafés, sendo certo que o Trianon, sua segunda casa, o aguardaria semanalmente para o plenário pluripartidário que a sua presença assegurava.

A outra raiz, a raiz dos valores, herdou-a dos seus mestres de longa data, Miguel Torga, Fernando Vale, António Arnaut, Manuel Alegre e Mário Soares e ficou-lhe para a vida. O melhor da sua personalidade foi forjado no culto da tolerância democrática, que lhe ensinou a respeitar os opositores, sem abdicar dos princípios e sem pôr em causa o sentido da amizade. Daí que, nestes dias de luto sentido, as portas de sua casa são poucas para tantos que desejam estar próximo da sua família e do seu espaço.

Gosto de o recordar assim – o amigo certo, capaz de igual abraço aos ricos como aos pobres, aos correligionários como aos adversários.

Gosto de o recordar como o jovem e tímido jornalista, ávido de encontrar o caminho para a sua futura intervenção cívica e política.

Gosto de o recordar no prazer das conversas noite fora, na arte de nos “aldrabar” com as intermináveis histórias em que ele era sempre o herói, salteadas de episódios humorísticos capazes de fazer saltar umas boas gargalhadas aos amigos em volta.

Gosto de o recordar nas confidências, nos momentos de insegurança, nas crises de ansiedade.

É deste Fausto Correia que eu gosto. Um ser humano solidário e bom. Um socialista e um republicano.



Construir um projecto ganhador para a Covilhã



FÓRUM AUTÁRQUICO

O crescimento global das transferências para os municípios previstas no Orçamento do Estado para 2008 é de 4,7 por cento, anunciou o secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, na sessão de encerramento do Fórum Autárquico sob o lema “Ganhar o Futuro”, que a Concelhia do PS/Covilhã realizou no passado dia 13 de Outubro, no Teixeira.

EDUARDO Cabrita referiu ainda que o aumento para as freguesias ascende a 2,3 por cento, enquanto os municípios do interior do país beneficiarão de um aumento máximo de 5 por cento, o que, aliás, acontece com 290 dos 308 municípios.

Na sua intervenção, o dirigente socialista salientou ainda a importância do município da Covilhã no contexto da Beira Interior e que a sua conquista é “uma prioridade” para o Partido Socialista.

Por sua vez, o presidente da Concelhia da Covilhã, vereador na Câmara e deputado na AR, Vítor Pereira, disse que “já chega de PSD na Câmara. Já chega de endividamento”, acrescentando que os socialistas querem que “a Covilhã, uma terra de trabalho, tenha oportunidades para os seus”, no âmbito de uma política que combata “a desertificação e o êxodo da nossa população”.

Na sessão de abertura do fórum, que reuniu mais de duas centenas de autarcas e militantes socialistas do concelho, o secretário nacional do PS para as Autarquias, Miranda Calha, referiu-se à nova geração de políticas autárquicas centradas em áreas como a educação, saúde e acção social, sublinhando o papel decisivo destas políticas para a melhoria da qualidade de vida das populações. Sobre a situação política local, o dirigente socialista defendeu que a Concelhia deve “construir um projecto forte” para a Covilhã e ajustar a concretização

desse objectivo às pessoas que em melhores condições estiverem para lhe dar força. Na sua intervenção, Miranda Calha referiu também todo o esforço que o Governo tem vindo a realizar no âmbito das autarquias, com especial destaque à nova Lei das Finanças, que considerou mais justa e equitativa, e que não prejudica as câmaras do interior ao contrário do que muitos auguraram.

Ainda na sessão de abertura intervieram Joaquim Morão, presidente da Federação de Castelo Branco, e Miguel Nascimento, vereador na Câmara da Covilhã, que destacaram as dificuldades da oposição do PS na Câmara e na Assembleia Municipal e defenderam a necessidade de o partido se manter “forte, coeso e unido” em torno da liderança da Comissão Política e dos autarcas que “laboriosa e corajosamente na Covilhã mantêm viva a chama do PS”.

Também usou da palavra o presidente da Federação de Castelo Branco da JS, que falou das políticas de juventude para o concelho e para o distrito.

Depois, durante cerca de dez horas estiveram em debate a “Saúde e Políticas Sociais”, “Ambiente e Ordenamento do Território”, “Autarquias e Financiamento Público” e uma multiplicidade de temas enquadrados nestes três painéis, com vista a recolher contributos que não-de dar forma a um “projecto de desenvolvimento” para o concelho da Covilhã, de forma a “consolidar o PS como forte alternativa” ao PSD, que governa a autarquia covilhanense.

Foi salientado que falta ao PSD uma visão estratégica para a cidade e para o concelho, que só com a participação de todos os sectores da sociedade covilhanense será possível definir essa estratégia global. Neste quadro, os participantes defenderam que tem de ser o PS a dinamizar os mecanismos de incentivo da população na participação das decisões sobre a cidade e o concelho e que o desenvolvimento deste processo participativo possibilitará uma maior responsabilização de quem

manda e de quem executa, uma maior concretização das políticas e uma maior confiança dos cidadãos na Câmara Municipal.

Foram oradores no painel “Saúde e Políticas Sociais” João Casteleiro, presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, e Jerónimo Leitão, médico no Centro de Saúde da Covilhã, que deram uma perspectiva muito detalhada da saúde a nível local e da incidência local das políticas do Serviço Nacional de Saúde, enquanto José Joaquim Antunes, director do Centro Distrital de Segurança Social, pôs em evidência as reformadas recentemente implementadas pelo Governo no domínio da Segurança Social.

Durante a discussão da temática do “Ambiente e Ordenamento do Território”, intervieram Telma Madaleno, Rui Moreira, Pedro Leitão e José Armando Serra dos Reis, que dirigiram fortes críticas à política de ordenamento do território preconizada pela maioria laranja na Câmara da Covilhã.

Sobre a política da água implementada na Câmara da Covilhã, designadamente sobre a decisão de alienação de 49 por cento do capital social da ADC – Águas da Covilhã e da situação financeira desta empresa municipal intervieram José Miguel Oliveira e Pina Simão.

No que respeita ao painel “Autarquias e Financiamento Público”, usou da palavra Casimiro Ramos, director financeiro do PS, que abordou a lei de financiamento dos partidos políticos e o sistema de organização financeira interno do nosso partido.

No âmbito da análise da grave situação financeira da Câmara da Covilhã, foi discutida a Lei das Finanças Locais, tendo Nelson Silva e Hélder Morais feito um balanço muito positivo da sua aplicação, que assenta na necessidade de implementação de uma política de verdadeira disciplina financeira e de, simultaneamente, fornecer os necessários instrumentos que permitem reforçar plenamente a autonomia do poder local.

Deputados socialistas defendem solução para a Faculdade de Nutrição

PORTO

FACE às “péssimas condições de funcionamento” da Faculdade de Ciências de Nutrição e Alimentação do Porto, é urgente uma “solução efectiva e a curto prazo”, defendeu um grupo de deputados do PS/Porto, no final de uma visita realizada a pedido da direcção daquele estabelecimento de ensino.

“Isto, independentemente de se decidir avançar com um edifício próprio ou de acoplar esta faculdade à de Medicina”, afirmou o deputado Manuel Pizarro, considerando que “se não forem tomadas medidas, até final do ano lectivo, corre-se o risco desta faculdade se manter em instalações provisórias por mais umas décadas”.

Manuel Pizarro alertou também para o facto do novo edifício da Faculdade de Medicina ir ocupar o terreno onde estão actualmente os pré-fabricados da estrutura de Nutrição.

O que está previsto, quando as obras do novo edifício de Medicina arrancarem, é transferir provisoriamente a Faculdade de Nutrição para instalações cedidas pela Faculdade de Engenharia, também localizada no pólo universitário da Asprela, nas proximidades do Hospital de S. João.

“É preciso ter muito boa vontade para conseguir trabalhar com empenho naquelas instalações”, considerou, por seu turno, o deputado Fernando Jesus, lembrando que aquela faculdade está a funcionar em “barracos” há cerca de 30 anos.

Os deputados socialistas promoveram intervir junto da Reitoria da Universidade do Porto e do Ministério do Ensino Superior para tentar resolver o problema. “No imediato iremos solicitar uma reunião com o reitor da Universidade do Porto, para perceber qual é a sua disponibilidade para avançar com



a obra, uma vez que o dinheiro que vem do ministério é aplicado de acordo com as prioridades estabelecidas pela reitoria”, salientou Fernando de Jesus.

Após este contacto, os deputados socialistas manifestaram a intenção de se reunirem, também, com o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago.

“Iremos alertar o ministro para as condições típicas de ‘terceiro mundo’ em que os cerca de 400 alunos e respectivos professores desta faculdade trabalham”, acrescentou Fernando de Jesus.

O deputado socialista realçou ainda o facto de esta ser a única Faculdade de Nutrição pública, em Portugal, cuja taxa de empregabilidade dos alunos é superior a 90 por cento.

“A Faculdade de Nutrição está a funcionar em situação completamente inadmissível mas, apesar das péssimas condições, tem feito um trabalho prestigiante”, frisaram os deputados do PS.

Além de Fernando de Jesus e de Manuel Pizarro, participaram tam-

bém na visita os deputados Marques Júnior, Maria José Gamboa, Agostinho Gonçalves e Alcídia Lopes.

Esgotos a céu aberto em Paredes

Entretanto, no dia 20, o presidente da Federação do Porto do PS e deputado na Assembleia da República, Renato Sampaio, afirmou que o saneamento básico e o abastecimento de água são “os pontos negros” de Paredes, no final de uma visita a este município.

Renato Sampaio chefiou uma delegação do PS que ali manteve reuniões com dirigentes e autarcas locais para se inteirar dos problemas deste concelho, onde o PSD tem a maioria absoluta.

O presidente do PS/Porto disse que “ao fim de 30 anos” de poder local Paredes tem “uma cobertura mínima” no que toca ao saneamento, sublinhando que “ainda há esgotos a céu aberto em plena cidade”.

E afirmou que o tratamento de esgotos abrange cerca de 30 por cento do concelho e o abastecimento de água anda pelos 40 por cento.

Renato Sampaio referiu que “a Câmara entregou o serviço de abastecimento de água a uma empresa privada”, a Águas de Paredes, que “não consegue dar respostas aos problema e às necessidades” da população.

O PS/Porto criticou ainda a Câmara por ter decidido vender o terreno onde se encontra a zona desportiva da cidade de Paredes, “quando ainda não tem nenhuma alternativa consistente”.

OPINIÃO



PAULA BARROS
Deputada do PS

Fomentar e incentivar a actividade económica nas regiões do interior, onde por diferentes condicionamentos é mais difícil a sua dinamização espontânea, constitui um dos pilares de desenvolvimento que contribuem para a convergência em termos de desenvolvimento coeso, equilibrado e sustentado do país

ORÇAMENTO, COESÃO E INTERIOR

OUTUBRO é, por excelência, o mês do Orçamento de Estado. E outros meses poderão ser meses de Orçamentos Rectificativos mas, a esses, não nos tem habituado, felizmente, o nosso Governo

Analisada a proposta de Orçamento apresentada neste Outubro de 2007 verificamos, com satisfação, a manutenção de uma linha de rigor e transparência que vem sendo adoptada por este Governo e que tem vindo a produzir frutos no cumprimento de objectivos essenciais entre os quais, a estabilização e credibilidade das contas públicas.

Mas muitos outros objectivos devem estar associados à política orçamental, e não podemos nem devemos esquecer-lo, objectivos que se prendem com a matriz ideológica do Partido Socialista.

A coesão territorial e a coesão social são duas das metas norteadoras do percurso de acção política do Partido Socialista; e temos esse orgulho!

Assim, olhar o Orçamento não pode, nem deve ser, um exercício meramente contemplativo mas, sim, um exercício de leitura para além dos números, de forma a interpretar a mensagem que lhes é subjacente.

Há tempos salientamos o papel fundamental das SCUT no que se refere ao cumprimento de objectivos de coesão territorial, não esquecendo que este modelo de financiamento das vias de comunicação representa um investimento contínuo e diário nas regiões que servem. Não cremos nos resultados de uma medida isolada e é por isso que consideramos fundamental a manutenção e reforço da política de apoio e incentivo fiscal às empresas que estão localizadas e às que venham a instalar-se nas regiões do interior. Redução de 5 por cento no IRC, o que se traduz numa taxa de IRC de 15 por cento para as empresas já instaladas e de 10 por cento para as que venham a constituir-se. Não esquecemos que estes incentivos, adoptados por Governos do Partido Socialista, estiveram em vias de extinção às mãos de Governos de direita. Agora, no quadro de rigor orçamental que se exige, vemo-los reforçados e aplaudimos.

Não temos dúvidas de que fomentar e incentivar a actividade económica nas regiões do interior, onde por diferentes condicionamentos é mais difícil a sua dinamização espontânea, constitui um dos pilares de desenvolvimento que contribuem para a convergência em termos de desenvolvimento coeso, equilibrado e sustentado do país.

Por outro lado, a continuidade na grande aposta relativamente à qualificação dos portugueses através do investimento no financiamento de diversos programas entre os quais, pela sua relevância, sublinhava o “Novas Oportunidades”, ou seja, a aposta na elevação da qualificação das pessoas, é zelar pela sua capacidade de intervenção crítica e construtiva numa sociedade que só assim se poderá afirmar como livre e democrática.

Elevar a qualificação das pessoas significa nivelar por cima. Revela a preocupação em chamar à participação aqueles que historicamente divergem mais do objectivo de integração neste modelo de sociedade democrática que desejamos: mulheres e agregados economicamente mais desfavorecidos.

Em termos de coesão social não podemos deixar de referenciar ainda, o alargamento do Complemento Social para Idosos a todos os mais carenciados a partir dos 65 anos.

Criar condições para um desenvolvimento territorial e social coeso e sustentado é obrigação do Estado; a todos compete potenciar as oportunidades. As verdadeiras oportunidades e não limitar o olhar a alguns instrumentos de análise orçamental que já não induzem em erro mas são facilmente aproveitados por certos demagogos.

Refiro-me, naturalmente, ao PIDDAC e ao seu significado. Não seja esquecida a reformulação deste instrumento em sede de revisão à Lei de Enquadramento Orçamental...

E com a sensação que sempre nos deve ficar de que muito está ainda por fazer, parece não restarem muitos motivos para dúvidas em relação à orientação do percurso de políticas do Governo do Partido Socialista em direcção às metas dinâmicas da coesão territorial e social.

ANA/PS concorda com valor das transferências para as câmaras

OE-2008

OS AUTARCAS socialistas manifestaram a sua concordância com os montantes financeiros a transferir para os municípios no âmbito do Orçamento de Estado (OE) para 2008. “O montante global a transferir para os municípios em 2008 tem um aumento da ordem dos 5 por cento, o que, tendo em atenção a conjuntura actual, leva os autarcas socialistas a considerarem o OE muito positivo para as autarquias portuguesas”, disse ao



“Acção Socialista” o presidente da Associação Nacional dos Autarcas do Partido Socialista (ANA/PS).

Para Rui Soalheiro, que preside igualmente à Câmara Municipal de Melgaço, trata-se de “uma boa proposta de Orçamento” em que “pela primeira vez nos últimos três anos há um ganho real para os municípios”, já que, explicou, a inflação esperada é de 2,1 por cento e os municípios vão ter um aumento de cinco por cento.

O presidente da ANA/PS destacou ainda que a posição dos autarcas socialistas foi unânime. **J.C.C.B.**

OPINIÃO


**ALBERTO ARONS
DE CARVALHO**
Deputado do PS

Dentro de um ano, feito o balanço da aplicação da nova legislação, se verá o carácter infundado das acusações agora dirigidas à maioria PS, em grande medida devidas a uma lamentável mistura entre ignorância atrevida e má-fé

A LIBERDADE DE IMPRENSA ESTARÁ MESMO EM PERIGO?

HÁ DIAS, alguns jornais divulgaram um relatório de uma prestigiada organização internacional de jornalistas – Repórteres Sem Fronteiras –, de acordo com a qual Portugal estaria entre os países do Mundo com maior liberdade da comunicação social.

A notícia foi relativamente desvalorizada. O jornal “Público” deu mesmo mais relevo à situação da Eritreia do que ao óptimo resultado de Portugal!

Na verdade, esta honrosa classificação portuguesa – em 2003, ocupávamos o 20.º lugar e agora passámos para o 7.º – desmente a repetida afirmação de que estaríamos a assistir a uma ofensiva governamental, ao “mais violento ataque à liberdade de imprensa desde o 25 de Abril”.

Vamos a factos.

Nas matérias relativas à Comunicação Social, desde o início do seu mandato, o Governo e a maioria parlamentar PS já aprovaram diversas leis (nova entidade reguladora, nova lei da televisão, um novo estatuto para a RTP, novo Estatuto do Jornalista, nova lei que impõe quotas de música portuguesa nas rádios), apresentaram alguns projectos de futuros diplomas (por exemplo, a lei contra a concentração no sector) e tomaram medidas importantes (respeito pelo mandato da administração da RTP designada pelo Governo anterior, novo contrato de concessão do serviço público de televisão, reinício do processo de implantação da televisão digital terrestre).

Onde estão, então, as medidas que lesam os direitos dos jornalistas, justificando o alarido com que alguns analisam a política de comunicação do Governo?

Face às anteriores entidades reguladoras do sector, a ERC não dispõe de novas competências em matérias que colidam com os direitos dos jornalistas. A ERC pode agora, por exemplo, aferir periodicamente do cumprimento das obrigações dos operadores licenciados de televisão. A nova lei da televisão, mais exigente para a oferta do serviço público e para o respeito dos operadores pela programação que eles próprios anunciaram, também nada afecta aqueles direitos. O mesmo se dirá das quotas de música portuguesa nas rádios ou do estatuto da RTP, que aperfeiçoa o modelo de governação do operador público de rádio e de televisão. Ou da prevista legislação que visa assegurar o pluralismo, impedindo a excessiva concentração, tanto mais que esta, quando em excesso, limita os direitos de informar e ser informado.

Sobra naturalmente o novo Estatuto do Jornalista, sobre o qual muitas incorrecções (vamos chamar-lhes assim...) têm sido escritas. Cumprindo uma promessa inscrita no programa eleitoral do PS e no Programa de Governo, a maioria consagra mais eficazmente alguns direitos dos jornalistas, desde a chamada “cláusula de consciência” até aos direitos dos conselhos de redacção. O direito ao sigilo profissional, ao contrário do que erradamente tem sido propalado, estará bem mais protegido uma vez que a nova lei, conjugada com o novo artigo 135.º do Código de Processo Penal, restringe a sua derrogação por um tribunal superior aos casos de crimes mais graves e na ausência de vias alternativas de recolha de prova. Por outro lado, são acrescentadas outras garantias, nos casos de buscas e de apreensões, destinadas a evitar casos como o sucedido no jornal “24 Horas”.

O mesmo Estatuto atribui à Comissão da Carteira Profissional do Jornalista competências em matéria disciplinar, sendo-lhe atribuída competência para aplicar sanções – advertência, repreensão e, casos mais graves e de infracção reiterada, suspensão temporária. Sublinhe-se que esta Comissão é composta por oito jornalistas com mais de dez anos de profissão, metade dos quais eleitos pelo conjunto dos jornalistas e a outra metade designados pelas entidades patronais do sector, e por um jurista por eles escolhido. E ainda que as normas em que se baseará a sua apreciação estão incluídas no Código Deontológico, aprovado pelos próprios jornalistas.

O Estatuto do Jornalista consagra igualmente os direitos de autor dos jornalistas, tornando eficazes normas já previstas no Código do Direito de Autor. No entanto, tem sido contestada a possibilidade reconhecida aos directores e outros responsáveis editoriais de poderem modificar textos dos jornalistas, desde que por meras razões de forma ou dimensionamento. E também o facto de se incluir no objecto do contrato de trabalho o direito de utilização por parte das entidades empregadoras das obras protegidas pelo período de 30 dias a contar da primeira disponibilização ao público.

A verdade é que estas práticas fazem parte da rotina diária das redacções e são consensualmente aceites. No último exemplo referido, ela constitui mesmo condição de desenvolvimento do sector da comunicação social, hoje baseado num crescimento multimédia. Bastará conhecer o funcionamento das edições “on-line” dos jornais ou dos canais informativos de televisão para constatar essa evolução que não restringe na prática qualquer direito dos jornalistas.

Dentro de um ano, feito o balanço da aplicação da nova legislação, se verá o carácter infundado das acusações agora dirigidas à maioria PS, em grande medida devidas a uma lamentável mistura entre ignorância atrevida e má-fé.

Miguel Ginestal desafia Fernando Ruas sobre o IMI

CÂMARA DE VISEU

OS VEREADORES do PS desafiaram a maioria do PSD no Executivo da Câmara de Viseu a apresentar a proposta que está a ser negociada com os peritos das finanças para rever os coeficientes de localização do IMI.

Os autarcas socialistas PS temem que esta estratégia da maioria laranja se destine apenas a tentar “sacudir a água do capote”, na eventualidade desta proposta vir a ser rejeitada, relativamente à sobrevalorização dos imóveis no concelho, que, sublinham, é da única responsabilidade do PSD que há 18 anos governa o município.

Em causa está o facto de a autarquia, presidida por Fernando Ruas, ter enviado uma proposta à Comissão Nacional de Avaliação dos Prédios Urbanos (CNAPU) que não apresenta qualquer coeficiente acima de 1,3, quando no passado havia coeficientes de 1,7.

Os vereadores do PS lembraram que em 2005, perante o silêncio do PSD, denunciaram os erros na definição dos coeficientes de localização que conduziram à sobrevalorização dos valores patrimoniais tributáveis dos imóveis em Viseu.

Desde então têm vindo a defender a sua correcção, e em Junho apresentaram na Câmara Municipal uma proposta concreta, de imediato rejeitada pelo PSD.

O vereador Miguel Ginestal afirmou que a Assembleia Municipal só pode deliberar sobre o IMI depois de uma proposta previamente sufragada na autarquia, o que ainda não aconteceu, apesar das insistências do PS.



Por considerarem que, desde 2004, as taxas do IMI em Viseu são “uma injustiça para contribuintes, famílias, comerciantes e empresários” e que os imóveis do concelho estão sobreavaliados “em 120 por cento e nalguns casos acima”, os três vereadores socialistas vêm defendendo a descida da taxa deste imposto.

“A nossa proposta era que a taxa do IMI fosse de 0,30 para os prédios novos e 0,56 para os antigos, até que se verificasse a correcção dos coeficientes de localização. Mas o que a maioria persistiu em fazer foi fixar em 0,70 para os antigos e 0,45 para os novos”, lembrou o vereador Miguel Ginestal.

Nesse âmbito, defende que, além da diminuição dos coeficientes de localização e no zonamento, a sobreavaliação dos prédios deveria também ser corrigida através da taxa.

“Não aceitamos que este expe-

diente esteja a ser usado para mais tarde sacudir a água do capote”, disse, frisando que o Executivo “já perdeu quatro oportunidades para fazer as correcções”.

Miguel Ginestal lamentou ainda que os vereadores socialistas não tivessem conhecimento formal da proposta dos coeficientes de localização, defendendo que a proposta deveria ser discutida e consensualizada no Executivo para, depois de aprovada, “ter mais força política. Seria assim a proposta de todo o Executivo”.

Entretanto, na festa anual do PS/Viseu, realizada em Ribafeita, uma freguesia do concelho de Viseu, presidida pelos socialistas, Miguel Ginestal desafiou Fernando Ruas a agendar a proposta de revisão dos coeficientes de localização para a próxima reunião do executivo municipal. Um desafio que foi feito na presença de centenas de militantes.

Fernando Jesus quer saber razões para atraso na reformulação do IC1

O ATRASO verificado na concretização do projecto de reformulação do IC1, no troço nó de Francos (Porto) e Ponte de Leça (Matosinhos), preocupa o deputado socialista eleito pelo círculo eleitoral portuense, Fernando Jesus, que, num requerimento entregue na Assembleia da República, questiona o Governo sobre as razões da demora.

No texto, Fernando Jesus pede esclarecimentos ao ministro das Obras Públicas, considerando essencial que se informe sobre qual o ponto da situação deste projecto, que entraves têm ocorrido no seu desenvolvimento, qual a posição da Câmara do Porto com respeito a ele e que previsões se fazem para o início da obra.

Segundo recordou no requerimento, “a conclusão do nó de Francos e do nó do Regado no IC23 (VCI) no Porto veio contribuir de forma decisiva para a



melhoria da mobilidade da cidade, tendo em consideração movimentos pendulares cada vez mais densos na área metropolitana”.

“Porém, para que esta melhoria da mobilidade se consolide é imperioso que a reformulação do IC1, no troço nó de Francos (Porto) e a Ponte de Leça (Matosinhos), seja concretizado”, defende, lembrando de seguida que “esta reformulação, que contempla o alargamento de duas para três faixas de rodagem em cada sentido, bem como a reformulação da rotunda dos produtos Estrela (nas proximidades do NorteShopping),

“está prevista há alguns anos nas Estradas de Portugal, tendo chegado a estar inscrita em PIDDAC”. M.R.

A ELEIÇÃO DOS LÍDERES PARTIDÁRIOS CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO

A RECENTE eleição do presidente do PSD recolocou na agenda política o debate sobre o processo de escolha dos líderes nos partidos políticos democráticos. De um lado, somam-se argumentos a favor das “directas”, do outro lado, erguem-se razões a favor dos “congressos”.

Como acontece com os principais sistemas eleitorais (proporcional, maioritário, misto), também aqui nenhum dos dois processos tem exclusivamente vantagens ou inconvenientes. As vantagens e os inconvenientes de cada processo de escolha das lideranças, sobressaem em função das atitudes e dos comportamentos dos protagonistas, em particular dos candidatos a líderes, e da mediação feita, entre essas atitudes e os militantes/eleitores.

Em abono desta minha posição, encontra-se, entre outras, a convicção de que os portugueses acolheram de forma diversa “as directas” realizadas no PS em 2004, das ocorridas no CDS/PP e no PSD em 2007.

Assim sendo, considero que o debate estará contaminado se misturarmos as atitudes dos candidatos ou, pior ainda, a apreciação pessoal das características políticas dos vencedores com os respectivos processos eleitorais. Dito de outra forma, os processos eleitorais, sejam eles “as directas” ou “os congressos”, não são bons ou maus, consoante nos identificamos ou não, com os líderes eleitos, ou, conforme o uso que fazem dele, cada um dos protagonistas na contenda eleitoral.

Afastados os perigos da contaminação, concentremo-nos, exclusivamente, nos dois processos de eleição.

Primeiro, os congressos. Este método foi o utilizado, por todos os partidos políticos portugueses, até meados dos anos 90, ou seja, durante cerca de 20 anos. A eleição do líder é realizada de forma indirecta pelos delegados reunidos em congresso. Esses delegados são eleitos pelos militantes dos partidos e têm por base as moções de estratégia apresentadas pelos candidatos a líderes. Desta forma, o mandato de cada delegado ao congresso está vinculado no que respeita à votação da moção de estratégia e à eleição dos dirigentes do partido, em particular a eleição do líder. O congresso reúne, normalmente, durante dois dias para discutir as moções e para eleger os dirigentes.

Em segundo, as “directas”. O PS foi o primeiro partido político em Portugal a acolher este método, seguindo-se-lhe o CDS/PP e depois o PSD. A eleição do líder é efectuada directamente por todos os militantes que cumpram os requisitos regulamentares. Simultaneamente, são eleitos, com base nas moções de orientação estratégica, os delegados ao congresso. Uma ou duas semanas após a eleição do líder ocorre o congresso que discute as moções, elege os restantes órgãos nacionais e consagra a nova liderança.

Nas directas, o líder tem uma legitimidade reforçada e cada militante tem direito a um voto que o utiliza directamente como entender; nos congressos, alguns delegados podem alterar o sentido do seu mandato, desvirtuando dessa maneira a vontade genuína dos militantes.

Nos congressos, a eleição é precedida por um momento de discussão e de reflexão; enquanto nas directas esse momento pode não existir e as opções dos militantes podem ser mais vulneráveis, para o melhor e para o pior, a influências oriundas do exterior da vida partidária.

Como em tudo na vida, não existe um processo ideal e ambos já provaram as suas vantagens e as suas debilidades. Se as grandezas e misérias das directas estão mais presente nas nossas memórias, é justo recordar que os congressos não ficaram imunes a essas situações.

Por outro lado, parece-me excessivo o argumento de que as directas promovam automaticamente o populismo. A única eleição uninominal que temos no nosso sistema constitucional

– a do Presidente da República – faz-se por escrutínio directo e universal e nunca ouvi tal reparo. Em sentido contrário, há exemplos (em Portugal e na Europa) de eleição em congresso de líderes partidários com uma natureza populista. O populismo, cujo conceito é difícil de precisar, está mais relacionado com a qualidade do pessoal político do que com os sistemas de eleição. Mas esse é outro problema, em minha opinião, muito mais preocupante do que o processo de eleição das lideranças partidárias.

Numa altura em que a vida partidária está demasiada voltada para si própria, em que a actividade política, salvo raras excepções, é instrumental, constituiria um erro retirar, a cada militante, o direito de voto para eleger o líder do seu partido político.

Coisa diversa é saber se os interesses exteriores ao partido político, através, entre outros, da comunicação social e das sondagens, têm maior influência na escolha dos militantes do que os factores internos, designadamente, o debate político. Em síntese, até que ponto a eleição de um líder partidário através das directas é muito mais consequência da manipulação do universo dos votantes, e menos como resultante de uma discussão política aprofundada entre membros de um mesmo partido político. Mais uma vez, encontramos, também aqui, um paralelo com as eleições para os órgãos do Estado, onde os partidos políticos seriam vítimas das suas próprias estratégias eleitorais.

Como contributo para a reflexão, talvez seja de ponderar a possibilidade de criar um sistema misto que mantenha a eleição directa do líder (assente no princípio: um militante, um voto), mas que essa eleição seja precedida de um congresso onde os candidatos se apresentam, e aí se trave a primeira discussão das respectivas propostas políticas alternativas. Após essa reunião, os candidatos realizam as suas campanhas eleitorais (por um período determinado), após as quais se procede à eleição do líder.

Este processo, ao permitir a discussão política interna e a eleição directa, incorpora, em minha opinião, os aspectos mais positivos dos congressos e das directas. Não será decerto um processo perfeito, nem eliminará todos os inconvenientes, mas promove um ajustamento mais equilibrado nas diferentes componentes que integram, ou deveriam integrar, qualquer processo de escolha democrática.

Este processo, que designamos de sistema misto, deve garantir a discussão política das propostas alternativas em todas as estruturas locais e regionais dos partidos políticos, com a presença dos candidatos (por exemplo, nas regionais) ou dos seus representantes (por exemplo, nas locais). Ou seja, a discussão política não pode ser um exclusivo das estações de televisão. É muito importante a realização de debates televisivos para que os eleitores acompanhem a vida partidária, mas será um erro limitar a discussão política aos debates entre os candidatos. A discussão política para a eleição de um líder partidário tem que envolver a participação activa dos militantes com os próprios candidatos. Essa é a riqueza da vida partidária democrática que não pode ser alienada. A discussão política é a essência dos partidos políticos, caso contrário serão facilmente dispensáveis.

Outro aspecto a ter presente é a necessidade de introdução de regras de transparência no financiamento dessas campanhas eleitorais internas que, em 2002, tive oportunidade de propor na Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político da Assembleia da República, assunto sobre o qual em breve apresentarei publicamente a minha reflexão.

OPINIÃO



ANTÓNIO JOSÉ SEGURO
Deputado do PS
www.antoniojoseseguro.com

“AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO”

LISBOA acaba de receber a Conferência Anual das Mulheres Socialistas Europeias. Esta conferência, realizada em parceria com o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, trouxe para cima da mesa uma matéria que queremos manter na ordem do dia da discussão pública e política.

A nível da União Europeia, a nível de cada um dos seus estados membros, há que concentrar cada vez mais esforços que tendam a acabar com os constrangimentos e as dificuldades que as mulheres continuam a enfrentar no seu dia-a-dia.

As dificuldades de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional afectam homens e mulheres, é verdade, mas têm enormes repercussões na discriminação que atinge as mulheres no mercado de trabalho.

Podemos referir o maior desemprego feminino, a desigualdade salarial, as diferentes oportunidades em termos de progressão na carreira, o pouco tempo que lhes sobra para a sua formação contínua ou para a aquisição de outras capacitações. Sem esquecer como tudo isto se poderá reflectir, noutro ciclo da vida destas mulheres, em reformas mais baixas e em velhices mais precárias.

Em Portugal, mais de 68 por cento das mulheres em idade activa estão no mercado de trabalho. No entanto, uma recente investigação coordenada pela socióloga Karin Wall, que se debruçou sobre “O Lugar dos Homens na Família em Portugal”, concluiu que as tarefas realizadas conjuntamente pelo casal representam apenas 14 por cento de todo o trabalho doméstico.

Não será por acaso, que muitos empregadores continuam a olhar de forma estereotipada para os homens e para as mulheres no mercado de trabalho. A eles, continuam a vê-los como se fossem trabalhadores completamente disponíveis, livres de quaisquer obrigações ao nível dos cuidados familiares, continuando a considerar as mulheres como as mais comprometidas, como, aliás, grande parte da sociedade ainda considera.

Mas se esta não é uma situação justa para as mulheres, porque as sobrecarrega de tarefas e de cansaço, ao mesmo tempo que dificulta a sua promoção dentro das empresas, a atribuição de cargos de chefia ou de topo na hierarquia das empresas, também é injusta para os homens, muitas vezes sujeitos a múltiplos constrangimentos para conseguirem partilhar as responsabilidades na sua vida privada e familiar.

A falta de conciliação tem também preocupantes reflexos ao nível da natalidade, provocando sérios desequilíbrios demográficos que podem pôr em perigo o modelo de protecção social europeu que tanto custou a conquistar.

Em Portugal, a taxa de natalidade tem vindo a diminuir e está agora em 1.36, sendo das mais baixas da UE. Enquanto isso, a nossa longevidade e a esperança de vida têm, felizmente, aumentado.

Segundo o último relatório do Instituto Nacional de Estatística, a população com 80 ou mais anos de idade aumentou 35 por cento entre os anos de 1990 e 2006 e, nos próximos 25 anos, o número de idosos poderá ultrapassar o dobro do número de jovens.

Ora, a estas novas realidades têm que corresponder novas e urgentes estratégias, novas políticas e decisões.

No âmbito da presidência da União Europeia, e em matéria de igualdade de género, Portugal colocou a empregabilidade e o empreendedorismo das mulheres, assim com as políticas de conciliação, entre os temas prioritários.

Mas fê-lo com a autoridade de quem não se tem ficado apenas pelas intenções mas, pelo contrário, tem somado medidas concretas de conciliação e de apoio às famílias, à maternidade e à paternidade.

Os novos apoios às mulheres grávidas vão neste sentido, assim como o esforço já em marcha para o aumento de mais 50 por cento dos lugares em creches, para crianças até aos três anos. Mas também a criação da rede de cuidados continuados de saúde, tão vitais para proporcionar qualidade de vida aos doentes depois da alta hospitalar, ou a idosos, acamados,



OPINIÃO



MARIA MANUELA AUGUSTO
Presidente do DNMS

aos que necessitem de cuidados específicos numa determinada fase da sua vida, ou de forma mais continuada e persistente.

Estas são políticas concretas de apoio às famílias, as quais se reflectem na diminuição da ansiedade, do “stress”, das preocupações que tantas vezes transportamos para o local de trabalho e que, necessariamente, vão acabar por contribuir para o aumento da nossa produtividade colectiva e da nossa qualidade de vida.

O chamado diálogo social não pode já ignorar estes temas nem estas preocupações. Governos, sindicatos, empresários e outros parceiros sociais terão que chegar a novos entendimentos e compromissos. Estas questões têm que ser analisadas com a firmeza e a determinação de quem não quer deixar tudo como está.

Um novo Código de Trabalho tem de prever um maior envolvimento dos homens e dos pais na vida familiar. Tem que reconhecer o igual valor social da maternidade e da paternidade.

Um novo modelo de organização do trabalho tem que conter uma nova e diferente gestão do tempo, aquela que se adapte aos nossos ciclos de vida, adaptando os horários de trabalho, reajustando as necessidades de empregados e de empregadores, numa lógica de co-responsabilidade social que não poderemos adiar.

Cada um e cada uma de nós tem que assumir a sua quota-parte de responsabilidades na contribuição para esta mudança, é certo, mas a união sempre derrubou barreiras outrora tidas como intransponíveis.

Se acreditamos que a União Europeia pode continuar a ser esse exemplo notável de conjugação de vontades, então, estas matérias terão que constituir mais uma prioridade máxima para todos os governos de cada um dos seus estados membros.

EDITORIAL

**JORGE SEGURO SANCHES**
Director
jseguro@ps.parlamento.pt**UMA VITÓRIA
DA EUROPA E DOS
PORTUGUESES**

A EUROPA viveu os últimos seis anos na dúvida e na indecisão.

Crise era, talvez, a palavra mais utilizada nas instituições europeias.

Tendo capacidade para crescer, a Europa não foi capaz de associar ao seu crescimento o reforço da sua personalidade.

E todos sabemos que em momentos como esses, em que nada se decide, nada se mantém igual: perde-se tempo, perdem-se oportunidades.

Ao nível europeu, e num mundo em que a Índia e principalmente a China se afirmaram cada vez mais, foram is anos de dúvidas e indecisões que agora vão terminar. A Europa perdeu tempo que agora, finalmente, vamos poder recuperar!

Nos últimos dias confirmámos que Portugal, Lisboa e a presidência portuguesa de 2007 vão ficar, de novo, definitivamente associadas a mais um marco fundamental da história da Europa e da União Europeia.

Vencemos uma inércia de muitos anos, mas também sabemos que ultrapassámos apenas mais uma etapa – decisiva – para a construção de uma Europa que se pretende cada vez mais forte, coerente e justa.

Mais uma vez os socialistas portugueses estiveram no centro da construção europeia e no reforço do papel de Portugal no seio da Europa.

Efectivamente, já tinha sido assim com Mário Soares – na adesão de Portugal à CEE em 1986 – com António Guterres – na definição das políticas de crescimento e de emprego da Estratégia de Lisboa, em 2000 – e volta agora a ser com José Sócrates, no relançamento do projecto europeu.

O dia 13 de Dezembro, ainda na presidência portuguesa e em Lisboa, no Mosteiro dos Jerónimos, vai ser uma data importante na reafirmação do projecto europeu. Vinte e sete países vão consagrar uma solução que Portugal ajudou a construir e que orgulha os socialistas portugueses.

Uma palavra final de felicitações para José Sócrates – o nosso secretário-geral e primeiro-ministro, agora investido nas funções de presidente do Conselho Europeu.

Sócrates foi, mais uma vez, o exemplo de liderança determinada e competente que foi capaz de colocar o centro político da Europa, em Lisboa, numa semana em que, precisamente, se procedeu à assinatura dos programas operacionais do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional que permitirão a aplicação da política comunitária de coesão económica e social até 2013, em Portugal.

“Mais uma vez os socialistas portugueses estiveram no centro da construção europeia e no reforço do papel de Portugal no seio da Europa”

**Um por cento do PIB
vai para a Ciência em 2008****NOVAS FRONTEIRAS**

Pela primeira vez na história portuguesa, o orçamento da Ciência e Tecnologia (C&T) atinge, em 2008, o valor de um por cento do PIB. Cumpre-se assim, como salientou o primeiro-ministro, “uma das grandes prioridades do Governo”.

JOSÉ Sócrates, falava no Fórum “Novas Fronteiras”, sobre Ciência e Tecnologia, que decorreu no Centro Cultural de Belém (CCB) e que contou ainda com a presença do presidente do Partido Socialista, Almeida Santos, do ministro do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, do investigador do Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC), Alexandre Quintanilha, do coordenador do programa do Massachusetts Institute of Technology (MIT) para Portugal, Dan Ross, e ainda de José Manuel Fonseca de Moura, professor no Carnegie Mellon University (CMU) de Inglaterra.

A importância deste anúncio feito por José Sócrates tem tanto mais significado quanto nos lembramos, como acentuou o primeiro-ministro, que o orçamento para a C&T canalizado para o sector da Investigação e Desenvolvimento (I&D)

representava até 2005 apenas 0,75 por cento do PIB nacional.

Depois de referir que Portugal é “já hoje um país exportador de tecnologia”, algo que sucede em muitos anos pela primeira vez, concorrendo, como recordou, no mercado global “com as maiores potências e afirmando-se um competidor de prestígio”, adiantando a este propósito que “a nossa balança tecnológica é desde Janeiro de 2007 positiva”, o primeiro-ministro sublinhou ainda o facto de em apenas dois anos o país ter já registado mais patentes tecnológicas, quer na Europa, onde duplicou a sua presença, quer nos Estados Unidos da América, país onde registou mais de 70 por cento de novas patentes.

A principal razão pela qual Portugal tem vindo a avançar exponencialmente na área da investigação e da ciência, recordou ainda José Sócrates, pretende-se sobretudo com o facto do Governo ter apontado “desde o princípio” o sector da educação como uma das suas principais prioridades, de que o aumento para 5820 das bolsas concedidas é bem disso um dos exemplos.

“Estamos a apostar de forma determinada na educação, sobretudo aquela que se dirige para as áreas da ciência e da investigação”, disse ainda José Sócrates, lembrando que desde “há muitos anos que não existia em Portugal tanto apoio das políticas públicas ao sector”, com resultados

que se traduzem, nomeadamente, “no aumento substancial das parcerias internacionais”, o que na sua perspectiva “constitui uma nova visão da abertura do país ao exterior”.

Na sua intervenção, Mariano Gago alertou para o facto da Ciência “precisar que a sociedade lhe exija mais ambição e mais resultados”, não deixando de recordar que “sem liberdade de pensamento não há Ciência”, ou ainda que “nenhum país poderá ambicionar desenvolver-se ou modernizar-se, económica e socialmente sem Ciência”.

Para o ministro do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Portugal não pode nunca mais “voltar ao antigamente”, onde entre 1993/95 e 2003/05 “assistimos de facto a um efectivo desinvestimento na Ciência”.

Houve ainda lugar a um animado e participado debate, moderado por Maria João Rodrigues, com a numerosa assistência que encheu por completo a sala Almada Negreiros do CCB.

O Fórum finalizou com uma intervenção do ex-comissário europeu António Vitorino, que incentivou o Governo a continuar neste percurso de apoio à investigação das ciências e das tecnologias, lembrando que as reformas que o Governo levou a cabo ao longo destes dois últimos anos “têm projectado o país para um novo ciclo de desenvolvimento”. **R.S.A.**

Acção SocialistaÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialistawww.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt
 ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X
 ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa